

# Relatório de Acompanhamento Fiscal

22 DE FEVEREIRO DE 2021 • Nº 49

## DESTAQUES

- Projeção para o crescimento do PIB no cenário base foi revisada de 2,8% para 3,0% em 2021.
- No médio prazo, crescimento médio do produto é de 2,3% e taxa de juros real é de 3,4% ao ano.
- Nova projeção contempla R\$ 1.333,3 bilhões para a receita líquida do governo central, em 2021, no cenário base.
- Como proporção do PIB, receitas deverão sofrer recomposição gradual nos próximos anos.
- Nos cenários base e otimista, a IFI prevê o pagamento, em 2021, de R\$ 18,8 bilhões de tributos diferidos em 2020.
- Teto de gastos deve ser cumprido em 2021, com risco moderado de rompimento.
- Cenário base inclui gasto com auxílio emergencial no valor de R\$ 34,2 bilhões e não sujeito ao teto.
- Meta de déficit primário de R\$ 247,1 bilhões, em 2021, também deve ser cumprida.
- No cenário base, a dívida bruta deve alcançar 92,7% do PIB em 2021.
- Cenário base contempla crescimento contínuo da relação dívida/PIB até 103,4% em 2030.
- Novas projeções de PIB abrandam as trajetórias da dívida nos três cenários, mas situação continua bastante adversa.



**SENADO FEDERAL**

**Presidente do Senado Federal**

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

**INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE**

**Diretor-Executivo**

Felipe Scudeler Salto

**Diretores**

Daniel Veloso Couri

Josue:Alfredo Pellegrini

**Analistas**

Alessandro Ribeiro de Carvalho Casalecchi

Alexandre Augusto Seijas de Andrade

Luiza Muniz Navarro Mesquita

Pedro Henrique Oliveira de Souza

Rafael da Rocha Mendonça Bacciotti

**Estagiários**

Maria Vito:ria da Silva

Vini:cius Quintanilha Nunes

**Layout do relat:orio**

COMAP/SECOM e SEFPRO/SEGRAF



## Carta de Apresentação

---

A IFI apresenta, semestralmente, revisões de cenários macrofiscais. Contudo, em razão da crise pandêmica, a instituição apresentou quatro revisões de cenários em 2020. Nesta edição do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), apresenta-se uma nova rodada de projeções.

A seção de Contexto Macroeconômico indica que o PIB de 2021 crescerá 3%, a partir de uma recessão de 4,5% estimada para 2020. A evolução da covid-19 mantém incerteza elevada sobre os cenários de PIB. A rapidez em vacinar toda a população brasileira ou um percentual relevante é o ponto fundamental para garantir que a recuperação possa, de fato, acontecer.

Em relação ao teto de gastos, entende-se que deverá ser cumprido, em 2021, mas com risco moderado de rompimento. Evidentemente, a incerteza ainda é grande, mas menor do que em novembro passado, quando da última revisão de cenários. Assim, o risco passou de alto a moderado. É importante destacar que o eventual novo auxílio emergencial deverá custar R\$ 34,2 bilhões e não deverá ser incluído nas despesas sujeitas ao teto, sem o que a regra constitucional seria descumprida.

A projeção de déficit primário para 2021 é de cumprimento da meta fiscal da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de R\$ 247,1 bilhões, destacando-se a revisão da projeção de receitas, que deverá compensar parte dos efeitos altistas do lado das despesas, inclusive o gasto com o eventual novo auxílio e o enfrentamento da covid-19, que estão fora do teto, mas afetam o déficit primário.

O cenário base contempla a manutenção, até 2026, de uma política de não concessão de reajustes salariais, sequer pela inflação, e a concessão de reajustes reais para o salário mínimo apenas a partir de 2027. A depender das decisões do Executivo e do Congresso que venham a afetar essas duas questões, o déficit primário e o teto de gastos seriam afetados.

A dívida bruta do governo geral, por sua vez, deverá alcançar 92,7% do PIB, em 2021, no cenário base, elevando-se em relação a 2020, quando houve incremento de 15 pontos percentuais em relação a 2019. Para a próxima década, a IFI prevê trajetória de alta contínua.

Nesse contexto, tornam-se fundamentais as discussões a respeito do ajuste fiscal de médio prazo e das medidas que serão aprovadas para recuperar o superávit primário e, com ele, as condições de sustentabilidade da dívida pública. O período de exceção marcado pela crise pandêmica elevou gastos públicos e dificultará a convergência a esse objetivo. A manutenção da responsabilidade fiscal e o compromisso com o controle do gasto e/ou aumento de receitas facilitariam o reequilíbrio das contas públicas.

**Felipe Scudeler Salto**  
*Diretor-Executivo da IFI*

**Josué Alfredo Pellegrini**  
*Diretor da IFI*

**Daniel Veloso Couri**  
*Diretor da IFI*

## Resumo

---

- Após contração estimada em 4,5% em 2020, a economia brasileira deve crescer 3,0% em 2021 (0,2 ponto percentual acima da estimativa apresentada no relatório de novembro) e 2,6% em 2022. É provável que o PIB recue no primeiro trimestre de 2021 (projeção preliminar de -0,2% em relação ao trimestre anterior, na série com ajuste sazonal), impactado pelos efeitos, sobre o consumo de bens e serviços, da segunda onda da pandemia e do fim do período de concessão do auxílio emergencial. **(Página 7)**
- A partir do momento em que a ociosidade da economia (medida pelo hiato do produto) é eliminada (o que deve ocorrer no final de 2024, no cenário base), o crescimento do PIB acompanha o crescimento potencial (2,3%) e a inflação é projetada para ficar na meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (3,25%). Estimamos que a taxa de juros em termos reais se estabilize ao redor de 3,5% ao ano (média de 2023 a 2030), com a taxa Selic nominal caminhando para 7,0%, aproximadamente. **(Página 11)**
- Uma hipótese central dos cenários fiscais da IFI foi alterada na atual revisão das projeções. Em vez de a recomposição das receitas, como proporção do PIB, ocorrer de forma imediata, a partir de 2021, assumiu-se que esse movimento será realizado de maneira gradual, tendo em vista a redução de algumas bases tributáveis da economia, em 2020. Contribuem para essa percepção (i) o fato de a retomada da atividade econômica estar concentrada em alguns setores, como a indústria e o comércio varejista, e (ii) as elevadas incertezas com respeito à manutenção dessa recuperação no presente ano. **(Página 12)**
- As revisões sobre as projeções das receitas fiscais no horizonte de 2021 a 2030 ocorreram em função de fatores como a revisão de valores passados do PIB, feita pelo IBGE, em dezembro último, assim como a expectativa de uma contração menor da economia, em 2020, a aceleração dos preços no segundo semestre de 2020 e a redução na meta de inflação, pelo Conselho Monetário Nacional, a partir de 2023. Não houve, no entanto, alterações no PIB potencial do país, o que ensejaria mudanças mais profundas na trajetória das receitas fiscais. **(Página 12)**
- O teto de gastos deverá ser cumprido, em 2021, e risco de rompimento passou de elevado para moderado. A incerteza ainda é grande, mas menor do que em novembro passado, quando da última revisão de cenários. Tendência recente dos gastos com previdência e pessoal e dados

---

As publicações da IFI atendem ao disposto na Resolução nº 42/2016 e não expressam a opinião do Senado Federal, de suas Comissões ou parlamentares. Todas as edições do RAF estão disponíveis para download em: <http://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-ifi>.

Contatos: [ifi@senado.leg.br](mailto:ifi@senado.leg.br) | (61) 3303-2875

Redes sociais:  [/INSTITUICAOFISCALINDEPENDENTE](https://www.facebook.com/INSTITUICAOFISCALINDEPENDENTE)  [@IFIBrasil](https://twitter.com/IFIBrasil)  [@ifibrasil](https://www.instagram.com/ifibrasil)  [/instituicaofiscalindependente](https://www.youtube.com/instituicaofiscalindependente)  
 [/company/instituicao-fiscal-independente](https://www.linkedin.com/company/instituicao-fiscal-independente)

preliminares de execução em 2021 corroboram cenário mais favorável. Inflação mais alta em junho de 2021 contribui para o cumprimento do teto também em 2022. **(Página 30)**

- O cenário base inclui gasto com auxílio emergencial no valor de R\$ 34,2 bilhões. Esse valor é compatível com um benefício mensal de R\$ 250,00, concedido por quatro meses para 45 milhões de pessoas (incluindo beneficiários do Bolsa Família). Nos cenários alternativos, com diferentes hipóteses para o programa, o gasto varia de R\$ 24,2 bilhões, no otimista, a R\$ 58,7 bilhões, no pessimista. Nas projeções, o gasto com o auxílio não está sujeito ao teto. **(Página 25)**
- No cenário base, a projeção de déficit primário para 2021 é compatível com o cumprimento da meta fiscal fixada na LDO, de R\$ 247,1 bilhões. Destaca-se a revisão da projeção de receitas, que deverá compensar parte dos efeitos altistas do lado das despesas, inclusive o gasto com o eventual novo auxílio e o enfrentamento da covid-19, que estão fora do teto, mas afetam o déficit primário. Para os próximos anos, perspectiva é de redução do déficit, que, no entanto, deve se manter em terreno negativo pelo menos até 2030. **(Página 34)**
- O crescimento da relação dívida bruta/PIB, ao longo dos próximos dez anos, indica que o desafio fiscal é complexo e demandará medidas de consolidação fiscal no pós-crise. Os efeitos da crise da covid-19 sobre as contas públicas foram expressivos e levaram a uma alta da dívida bruta da ordem de 15 pontos percentuais (p.p.) do PIB entre 2019 e 2020. Ainda que o nível observado tenha ficado melhor que o esperado em novembro passado, pela IFI, em razão do PIB nominal mais elevado, a tendência continua a ser de forte crescimento do indicador nos cenários base e pessimista. No otimista, já seria possível iniciar a queda do endividamento em relação ao PIB em 2022. **(Página 39)**

## Sumário

---

Carta de Apresentação .....	3
Resumo .....	4
Sumário .....	6
1. CONTEXTO MACROECONÔMICO.....	7
1.1 Indicadores de atividade econômica.....	7
1.2 Atualização do cenário econômico: 2020-2030.....	9
2. CENÁRIOS FISCAIS .....	12
2.1 Cenários para a receita total, as transferências e a receita líquida.....	12
2.1.1 Considerações iniciais .....	12
2.1.2 Projeções de receitas para 2021 .....	14
2.1.3 Projeções de receitas no horizonte 2021-2030 .....	17
2.2 Cenários para as despesas da União e o resultado primário .....	25
2.2.1 Despesas primárias .....	25
2.2.2 Teto de gastos.....	30
2.2.3 Resultado primário.....	34
3. CENÁRIOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA.....	39
3.1 Cenário base .....	39
3.2 Cenário otimista.....	41
3.3 Cenário pessimista .....	43
Tabelas fiscais .....	47
Projeções da IFI .....	50

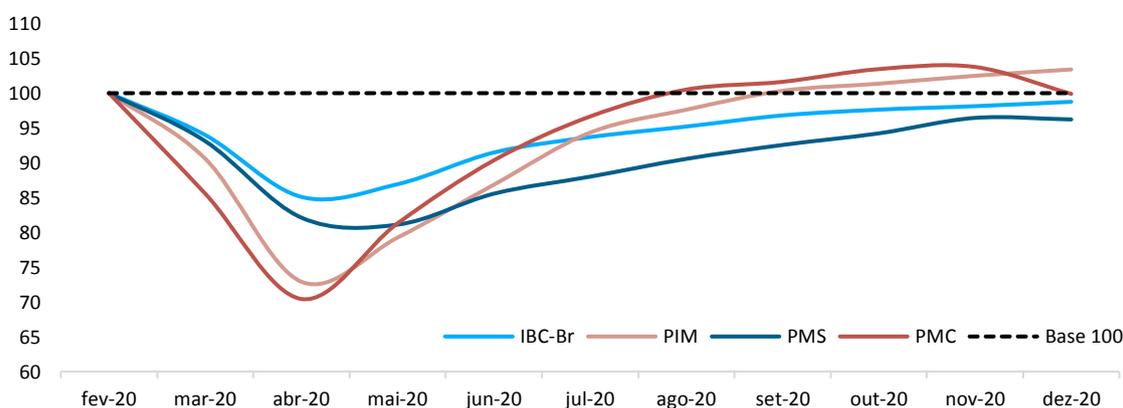
## 1. CONTEXTO MACROECONÔMICO

O Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de fevereiro traz a atualização das projeções para as variáveis macrofiscais. Novos dados realizados são incorporados e também reavaliadas as hipóteses por trás de cada um dos cenários (base, otimista e pessimista), de modo a garantir que as previsões reflitam o estado atual da economia. Uma visão geral de como são elaboradas as projeções das variáveis macroeconômicas (PIB, taxa de inflação, nível de emprego, taxa de câmbio e taxa de juros) que subsidiam os cenários fiscais foi apresentada no Estudo Especial nº13<sup>2</sup>.

### 1.1 Indicadores de atividade econômica

**Indicadores de atividade mostraram desaceleração no fim do ano passado.** A redução do auxílio emergencial nos últimos três meses de 2020, a aceleração da inflação (ao diminuir o poder de compra da população) e o avanço da pandemia podem ter contribuído para arrefecer o ímpeto de consumo de bens e serviços no período. Os dados de alta frequência já divulgados, com informações sobre o estado da economia em janeiro, indicam a possibilidade de contração da atividade econômica no início de 2021.

**GRÁFICO 1. INDICADORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA**  
(número índice - fev/20 = 100)



Fonte: Banco Central e IBGE. Elaboração: IFI.

**Índice de produção industrial recuou 4,5% em 2020.** Segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção da indústria geral cresceu 0,9% entre novembro e dezembro na série com ajuste sazonal, após ter avançado 1,1% no mês anterior. Na comparação com dezembro de 2019, a produção industrial registrou variação de 8,3%, acumulando queda de 4,5% em doze meses.

**Receita do setor de serviços recuou 7,9% em 2020.** A receita real do setor de serviços, setor com segmentos mais afetados pelo distanciamento social, mostrou variação de -0,3% entre novembro e dezembro (na série com ajuste sazonal), depois de seis altas consecutivas, segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE. A receita diminuiu 3,3% na comparação anual (dez/2020 versus dez/2019), acumulando variação de -7,9% em doze meses. Quando analisada a variação acumulada em 12 meses, destaca-se que os segmentos de serviços prestados às famílias (-

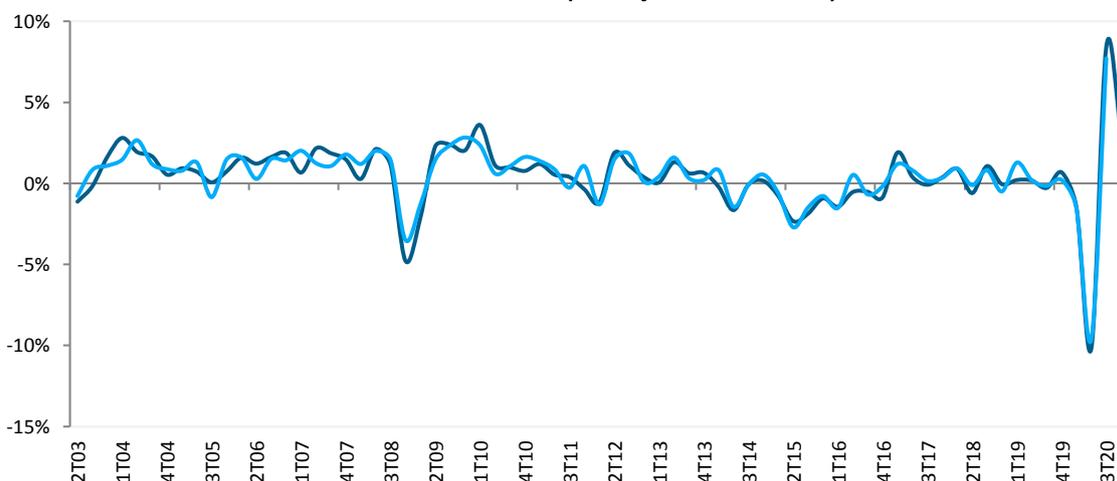
<sup>2</sup> Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/577405/EE13.pdf>

35,6%), em especial, e de serviços profissionais, administrativos e complementares (-11,4%) apresentam variações bem maiores do que a registrada pelo índice agregado.

**Volume de vendas no comércio varejista registrou contração de 1,5% em 2020.** O volume de vendas no comércio varejista (Pesquisa Mensal de Comércio – PMC) no conceito ampliado, que inclui veículos e material de construção, recuou 3,7% em dezembro na comparação com novembro, considerando a série com ajuste sazonal. Na passagem de novembro para dezembro de 2020, observou-se contração nos dez segmentos pesquisados. No comparativo anual, o índice de vendas da PMC registrou alta de 2,5%, acumulando variação de -1,5% nos 12 meses encerrados em dezembro.

**IBC-Br recuou 4,1% em 2020.** O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), variável que agrega informações dos setores que compõe o PIB no lado da oferta, subiu 0,6% entre novembro e dezembro, acompanhando a melhor performance da indústria, que compensou a influência negativa dos serviços e do comércio, em especial. Na comparação com o terceiro trimestre de 2020, na série com ajuste sazonal, observou-se expansão de 3,1%, sugerindo crescimento do produto no período em magnitude inferior ao que se observou no trimestre anterior (8,4% pelo IBC-Br e 7,7% pelo PIB). O Gráfico 2 mostra que a atividade econômica arrefeceu no quarto trimestre de 2020, após ter registrado forte alta no trimestre anterior.

**GRÁFICO 2. IBC-BR E PIB (VARIAÇÕES TRIMESTRAIS)**



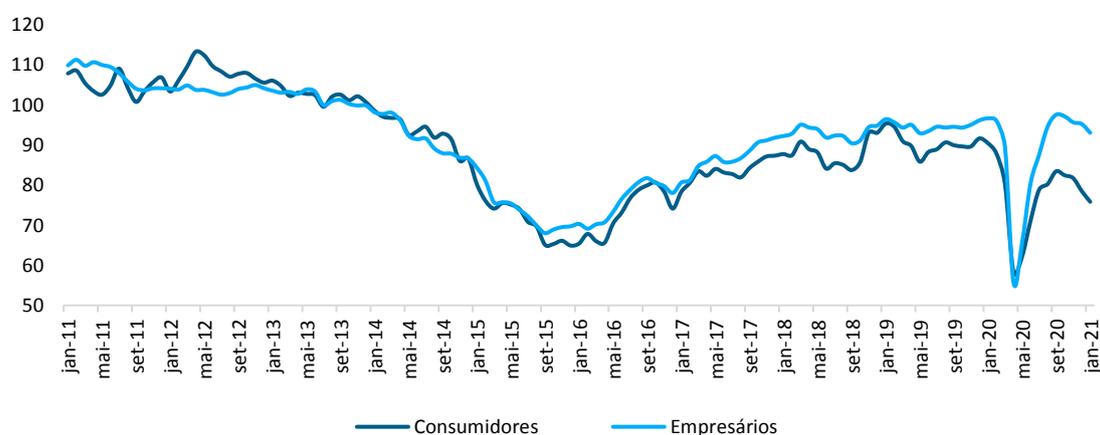
Fonte: Banco Central e IBGE. Elaboração: IFI.

**IBC-Br de dezembro deixou carry-over de 0,6% para o primeiro trimestre de 2021.** É relevante mencionar que o resultado do IBC-Br referente a dezembro de 2020 deixou um carregamento estatístico (carry-over) de 0,6% para o primeiro trimestre de 2021. Isto é, caso o IBC-Br registre variação nula em janeiro, fevereiro e março de 2021, na série livre de efeitos sazonais, a atividade econômica, capturada pelo IBC-Br, apresentará crescimento de 0,6% no primeiro trimestre em relação ao período imediatamente anterior.

**Alguns indicadores de alta frequência disponíveis, no entanto, apontam para a possibilidade de contração da atividade econômica no início de 2021.** Os índices de confiança dos consumidores e dos empresários publicados pela FGV (Gráfico 3) recuaram 2,7 e 2,2 pontos, respectivamente, entre dezembro e janeiro, refletindo, em grande medida, o fim do período de concessão dos benefícios emergenciais, o recrudescimento da pandemia e os efeitos adversos sobre a

renda e o emprego. O Gráfico 3 mostra que os dois indicadores apresentam uma tendência de queda desde outubro de 2020, após um período de expansão entre maio e setembro de 2020.

**GRÁFICO 3. ÍNDICES DE CONFIANÇA**



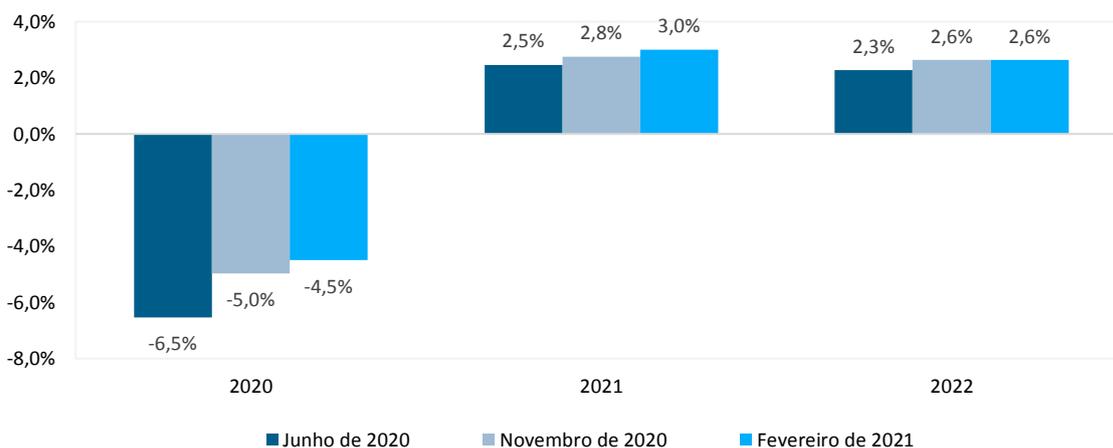
Fonte: FGV. Elaboração: IFI.

## 1.2 Atualização do cenário econômico: 2020-2030

**Ainda há bastante incerteza em torno da recuperação da atividade econômica.** Desde o relatório de novembro, vacinas foram aprovadas para uso e programas de imunização foram iniciados em vários países – fator preponderante para impulsionar a recuperação da economia. No Brasil, há um lento processo de vacinação em curso, e os riscos de disponibilidade de novas doses e da eficácia em relação às novas cepas do vírus, mais contagiosas, - em um ambiente marcado pela aceleração do número de casos e óbitos -, podem limitar a perspectiva de retomada da economia nos trimestres à frente.

**A expectativa para o crescimento do PIB em 2021 é de 3,0%.** Após contração estimada em 4,5% em 2020, a economia brasileira deve crescer 3,0% em 2021 (0,2 ponto percentual acima da estimativa apresentada no relatório de novembro) e 2,6% em 2022 (Gráfico 4). É provável que o PIB recue no primeiro trimestre (a projeção preliminar é de -0,2% em relação ao trimestre anterior, na série com ajuste sazonal), impactado pelos efeitos, sobre o consumo de bens e serviços, da segunda onda da pandemia e do fim do período de concessão do auxílio emergencial.

**GRÁFICO 4. TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB EM VOLUME  
POR DATA DE PUBLICAÇÃO DO RAF**

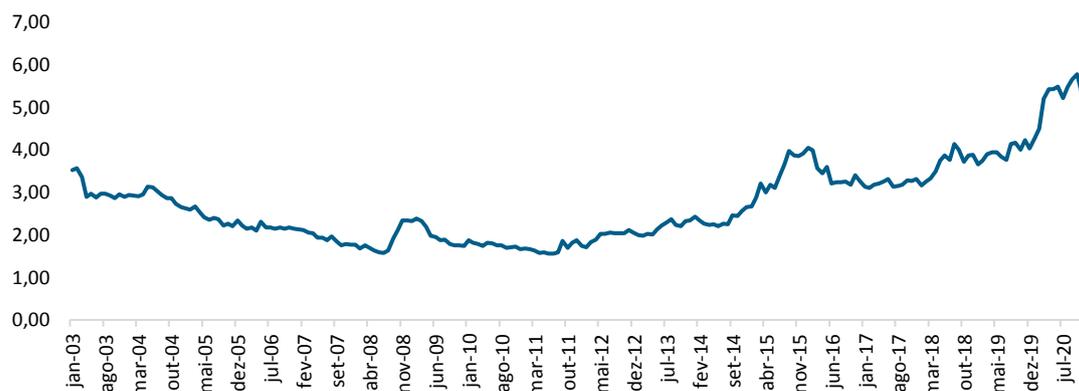


Fonte: IBGE e IFI. Elaboração: IFI.

**Efeito da recriação do auxílio emergencial sobre o PIB em 2021 será mais baixo.** O impulso sobre a atividade econômica derivado da recriação do auxílio financeiro à parcela vulnerável da população (despesa estimada em R\$ 34,2 bilhões, que será paga em quatro parcelas mensais no valor de R\$ 250 – como se verá na seção Cenários para as despesas da União), no segundo e terceiro trimestres, por sua vez, será bem menor do que foi no ano passado (que foi de, aproximadamente, 4% do PIB).

**Expectativa para a variação do IPCA no cenário base foi revisada de 3,1% para 3,6% em 2021.** A alteração da projeção para a taxa de inflação medida pelo IPCA em 2021 se deve à persistência de um quadro inflacionário mais pressionado no curto prazo, que tem sido ocasionado, entre outros fatores, pelo repasse da depreciação do real para os preços de bens comercializáveis e pela elevação dos preços de *commodities* internacionais. A taxa de câmbio (Gráfico 5), que passou de R\$4,03/US\$ em 2019 para R\$5,20/US\$ em 2020 (depreciação de quase 30%), alcançou o patamar de R\$5,48/US\$ em janeiro de 2021, refletindo, em certa medida, o risco de piora da trajetória fiscal.

GRÁFICO 5. TAXA DE CÂMBIO (R\$/US\$)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

**Taxa básica de juros deve atingir 3,5% ao ano no final de 2021.** A deterioração do quadro de inflação deve fazer com que a política monetária reduza parte dos estímulos providos em 2020, levando a taxa básica de juros para 3,5% ao ano (a.a.) no final do ano. Em sua última reunião, o Copom manteve a taxa Selic em 2,0% a.a., mas abriu caminho para um possível aumento de juros em algum momento de 2021 de modo a assegurar o cumprimento da meta para a inflação.

**No médio prazo, o crescimento médio do produto é de 2,3% e a taxa de juros real é de 3,4% ao ano.** A partir do momento em que a ociosidade da economia (medida pelo hiato do produto) é eliminada (o que deve ocorrer no final de 2024, no cenário base), o crescimento do PIB acompanha o crescimento potencial (2,3%) e a inflação é projetada para ficar na meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (3,25%). Estimamos que a taxa de juros em termos reais se estabilize ao redor de 3,5% ao ano (média de 2023 a 2030), com a taxa Selic nominal caminhando para 7,0%, aproximadamente.

**A perspectiva para o deflator é a taxa de variação do IPCA acrescida de 0,57 pontos percentuais (p.p.) no horizonte de projeções.** No horizonte de projeções do cenário macrofiscal, são feitas as hipóteses de que (i) a diferença média entre as taxas de variação do deflator do consumo das famílias e do IPCA, observada historicamente, permaneça nos próximos anos, (ii) o deflator do consumo do governo e o deflator da formação bruta de capital fixo (FBCF) cresçam de forma alinhada ao IPCA, e (iii) o deflator das exportações cresça em linha com o deflator das importações (o que implica um cenário neutro para a evolução dos termos de troca). Assim, a previsão para o deflator é a taxa de variação do IPCA acrescida de 0,57 p.p..

A conjugação dos efeitos de volume e preço no PIB deverá resultar em uma variação do PIB nominal de 7,3% em 2021 (passando de R\$ 7,387 para R\$ 7,926 trilhões). Entre 2023 e 2030, o ritmo de crescimento do PIB nominal no cenário base deverá se estabilizar ao redor de 6,0%.

A Tabela 1 sintetiza as projeções macroeconômicas da IFI para o cenário base e os alternativos. O objetivo de manter atualizados três cenários é evidenciar o grau de incerteza das projeções, bem como sua dependência em relação a diferentes configurações da conjuntura.

**TABELA 1. PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS (2020-2030): VERSÃO ATUAL X ANTERIOR (RAF FEV/21 X RAF NOV/20)**

a. Versão Atual	Cenário Base				Cenário Otimista				Cenário Pessimista			
	2020	2021	2022	2023-2030	2020	2021	2022	2023-2030	2020	2021	2022	2023-2030
PIB nominal (R\$ bilhões)	7,387	7,926	8,458	11,166	7,387	7,972	8,535	11,789	7,387	7,904	8,366	11,042
PIB – Taxa de variação real (%)	-4,5	3,0	2,6	2,3	-4,5	4,0	3,2	3,5	-4,5	2,4	1,3	1,3
IPCA (%)	4,5	3,6	3,4	3,2	4,5	3,2	3,2	3,0	4,5	3,9	4,0	4,3
Taxa de desemprego (%)	13,5	14,5	13,8	12,1	13,5	14,3	13,5	11,9	13,5	14,7	14,4	13,1
Ocupação - Crescimento real	-7,8	2,0	1,7	0,9	-7,8	2,3	1,9	1,2	-7,8	1,8	1,4	0,8
Prêmio de risco – Embi (final de período)	260	300	300	300	260	225	225	225	260	350	350	350
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	5,20	5,27	5,21	5,13	5,20	4,80	4,79	4,80	5,20	5,47	5,62	6,27
Juros reais (%)	-2,4	-0,1	1,1	3,4	-2,4	-0,4	1,0	2,8	-2,4	-0,2	1,2	5,0
Selic (%)	2,00	3,50	4,50	6,7	2,00	2,75	4,25	5,9	2,0	3,8	5,3	9,4
b. Versão passada	2020	2021	2022	2023-2030	2020	2021	2022	2023-2030	2020	2021	2022	2023-2030
PIB nominal (R\$ bilhões)	7,139	7,607	8,114	10,876	7,188	7,735	8,319	11,661	7,115	7,584	8,103	8,610
PIB – Taxa de variação real (%)	-5,0	2,8	2,6	2,3	-4,2	3,7	3,6	3,5	-5,5	1,8	1,9	1,3
IPCA (%)	3,0	3,1	3,4	3,5	2,9	3,2	3,3	3,2	3,1	4,2	4,2	4,5
Taxa de desemprego (%)	13,5	16,1	15,2	13,0	13,3	15,3	14,0	12,7	13,9	16,9	16,0	13,3
Ocupação - Crescimento real	-8,8	1,8	0,9	0,8	-8,5	2,4	1,2	1,0	-9,2	1,2	0,7	0,6
Prêmio de risco – Embi (final de período)	320	300	300	300	300	275	225	225	343	375	350	350
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	5,55	5,37	5,31	5,19	5,40	5,20	4,83	4,80	5,70	5,70	5,73	6,45
Juros reais (%)	-0,9	-0,6	0,1	3,0	-0,9	-0,4	0,2	2,4	-1,1	0,8	2,6	5,1
Selic (%)	2,00	2,50	3,50	6,6	2,00	2,75	3,50	5,7	2,00	5,00	7,00	9,7

Fonte: IFI.

**Cenário otimista.** No cenário otimista, a mitigação de incertezas decorrentes da crise pandêmica aliviaria os efeitos traumáticos sobre o mercado de trabalho, impulsionando a economia em 2021. Entre 2023 e 2030, a taxa média de crescimento do PIB é de 3,5% e a taxa real de juros converge para um patamar de 2,8% ao ano.

**Cenário pessimista.** A intensificação do quadro de incertezas gerado pela pandemia e a consequente piora da situação fiscal poderiam resultar em deterioração adicional dos preços de ativos financeiros e das expectativas de inflação, o que demandaria um ajuste mais expressivo na política monetária. O cenário pessimista, nesse sentido, é marcado por uma recuperação muito mais lenta da crise. Entre 2023 e 2030, a taxa média de crescimento do PIB é de 1,3% e a taxa real de juros converge para um patamar mais elevado, ao redor de 5,0% ao ano.

## 2. CENÁRIOS FISCAIS

### 2.1 Cenários para a receita total, as transferências e a receita líquida

#### 2.1.1 Considerações iniciais

**Recolhimento de tributos depende diretamente do comportamento da atividade econômica.** Existe uma relação direta entre arrecadação de tributos e comportamento da atividade econômica. Quanto maior o PIB, maior tende a ser o recolhimento de tributos. Essa resposta das receitas fiscais ao impulso do PIB, no entanto, depende da composição da expansão econômica em razão da estrutura do sistema tributário.

**Sensibilidade da receita ao PIB oscila ao redor de 1, mas pode variar em razão de outros fatores.** Em geral, a sensibilidade das receitas governamentais ao PIB, ou a elasticidade receita-PIB, é próxima da unidade. O valor dessa elasticidade, no entanto, pode variar em função da natureza da receita (se administrada pela Receita Federal do Brasil, se proveniente de arrecadação para a previdência ou se não administrada), do ciclo econômico e da ocorrência de eventos extraordinários.

**Exercício da IFI sugere ter ocorrido mudança na sensibilidade da receita ao PIB nos últimos anos.** A Nota Técnica nº 19<sup>3</sup>, publicada pela IFI em agosto de 2018, apresentou alguns exercícios para estimar a elasticidade receita-PIB no Brasil, separando os horizontes de curto e longo prazos. Em linhas gerais, levando em consideração a limitação de algumas metodologias empregadas e a sensibilidade dos resultados à especificação utilizada nos modelos, as estimativas encontradas sugerem ter havido redução na elasticidade receita-PIB de longo prazo nos últimos anos, assim como manutenção da magnitude da resposta de curto prazo.

**Crescimento continuado da economia tende a aumentar a resposta da receita ao PIB.** A sensibilidade das receitas em relação ao PIB pode aumentar em períodos de crescimento econômico continuado, o que incentivaria um aumento da formalização da economia e, conseqüentemente, das bases tributáveis. Por outro lado, em períodos de baixo crescimento ou de retração do PIB, as bases tributáveis podem diminuir, afetando as elasticidades da arrecadação aos movimentos da atividade econômica. Os cenários da IFI consideram valor unitário para a elasticidade receita-PIB no caso de a arrecadação ser sensível à atividade econômica, como ocorre com as receitas administradas e as receitas previdenciárias (recolhimentos ao INSS).

**Revisão em valores passados do PIB foi um dos fatores a motivar alteração na projeção das receitas.** A atualização das projeções de receitas fiscais da IFI para o horizonte de 2021 a 2030 leva em consideração alguns fatores. O primeiro foi a revisão para cima, promovida pelo IBGE, em dezembro passado, nos valores das séries integrantes do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais para 2018, 2019 e os três primeiros trimestres de 2020. Esse tema foi discutido na edição de janeiro deste Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF)<sup>4</sup>.

A título de comparação, a revisão promovida pelo IBGE deve elevar o PIB nominal de 2020 em cerca de R\$ 200 bilhões, segundo cálculos da IFI. Em 2021, a diferença entre a projeção apresentada no RAF de novembro e a do presente relatório ficaria em torno de R\$ 400 bilhões.

**O segundo fator a influenciar a revisão na projeção das receitas foi a inflação, visto que a projeção do deflator implícito do PIB depende do comportamento dos preços.** O segundo fator foi o aumento da inflação no segundo semestre de 2020, o que causou a elevação das expectativas inflacionárias para 2021 e 2022. As revisões no IPCA afetam as projeções do deflator implícito do PIB, o que altera, por sua vez, as projeções do PIB nominal. Vale dizer que, no horizonte de projeção apresentado nesta revisão de cenários (2021-2030), não houve alteração na projeção do PIB potencial da economia brasileira.

**Queda menor projetada para o PIB real de 2020 também motivou revisão na projeção de receitas.** O terceiro fator a motivar a revisão (para cima) nas projeções das receitas foi a queda menor que deverá ser registrada do PIB de 2020, o que afeta os valores projetados de 2021 em diante.

**O último fator a influenciar a revisão nas projeções de receitas, a partir de 2023, foi a mudança, para baixo, na meta de inflação.** Por fim, o quarto fator a explicar a mudança nas projeções de receitas fiscais, a partir de 2023, diz respeito à definição, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), da meta de inflação para aquele ano, a qual foi fixada em 3,25%. Essa meta, menor em relação à estabelecida para 2022 (3,5%), também afeta a expectativa para o deflator implícito do PIB.

---

<sup>3</sup> Link para acesso ao documento: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/545264/NT\\_Elasticidade.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/545264/NT_Elasticidade.pdf).

<sup>4</sup> [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/583296/RAF48\\_JAN2021.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/583296/RAF48_JAN2021.pdf).

A combinação dos fatores mencionados produziu valores mais altos nas projeções das receitas fiscais para o período de 2021 a 2030.

**Bases de incidência de tributos sofrerão recomposição gradual, a partir de 2021, após a queda registrada em 2020.** Apesar de o crescimento das receitas acompanhar a nova trajetória do PIB nominal, como proporção do PIB, o aumento na atual revisão foi menor, comparativamente à revisão de novembro de 2020. Isso porque assumiu-se, para o início do período de projeção, que a recomposição das bases tributáveis, após a redução verificada em 2020, ocorrerá de forma gradual, à medida que o crescimento econômico projetado vá se consolidando. Na revisão publicada em novembro passado, assumiu-se que, já em 2021, a relação receita/PIB retornaria aos níveis observados antes da pandemia. Tratava-se de uma hipótese bastante forte e que foi revista agora.

**Incertezas em relação à recuperação da atividade, em 2021, limitam expectativas para desempenho da arrecadação.** Optou-se por considerar que a recomposição das bases tributáveis não será imediata, tendo-se em vista (i) as incertezas presentes no ambiente econômico, oriundas, principalmente, do lento avanço da imunização da população brasileira, e (ii) a possibilidade de uma eventual terceira onda de contaminação pelo vírus causar a necessidade de novas medidas de isolamento social, o que traria impactos sobre a economia.

Nas revisões passadas de cenários, um fator que ajudou a explicar essa recomposição das bases de arrecadação foi a hipótese assumida em relação ao pagamento dos tributos diferidos no segundo trimestre de 2020, que ocorreriam a partir de 2021. De acordo com informações divulgadas pela Receita Federal do Brasil (RFB), 75% dos tributos diferidos em razão da pandemia (PIS/PASEP, COFINS e Contribuição Patronal sobre a Folha) foram pagos ainda no ano passado (R\$ 56,0 bilhões de um montante de R\$ 74,8 bilhões).

**Dos tributos diferidos em 2020, restam ser pagos, ainda, R\$ 18,8 bilhões, montante que deve ser pago neste ano, de acordo com os cenários base e otimista.** Conforme será detalhado mais adiante, dos R\$ 18,8 bilhões de diferimentos que restam ser pagos, a IFI prevê, nos cenários base e otimista, a devolução desse montante em 2021. No cenário pessimista, essa devolução seria feita em duas etapas: metade, em 2021, e a outra metade, em 2022.

**Cenários preveem manutenção da atual estrutura tributária, sem aumento de carga nos próximos anos.** Uma hipótese subjacente aos cenários para as receitas fiscais é a de manutenção da carga tributária nos níveis atuais, sem alteração profunda em alíquotas ou bases de incidência de tributos. Naturalmente, trata-se de instrumento que pode ser utilizado pelo governo em algum momento para melhorar a trajetória do resultado primário de forma mais célere. A inclusão de eventual aumento de carga tributária nos cenários pode ser feita no futuro, se o governo sinalizar ações nessa direção.

**Redução de tributos federais sobre o óleo diesel e o gás de cozinha deve gerar impacto em torno de R\$ 4 bilhões na arrecadação.** Por fim, vale registrar que a recente redução anunciada dos tributos federais incidentes sobre o óleo diesel, o gás de cozinha e o biodiesel, por dois meses, a princípio, devem gerar um impacto da ordem de R\$ 3,5 bilhões a R\$ 4,0 bilhões para os cofres da União. A Receita Federal pretende compensar essa perda de arrecadação com outras fontes de receitas. De todo modo, a IFI optou por não incorporar essa medida na atual revisão de cenários fiscais, o que poderá ser feito na próxima revisão, prevista para maio de 2021.

### 2.1.2 Projeções de receitas para 2021

**Na revisão atual de projeções, a expectativa é de que a receita primária total do governo central aumente em R\$ 25,1 bilhões, para R\$ 1.635,8 bilhões, em 2021.** Uma comparação entre as projeções realizadas pela IFI para a receita do governo central de 2021, em diferentes revisões de cenários, é apresentada na Tabela 2. Os momentos em que ocorreu

a atualização das projeções foram novembro de 2019, novembro de 2020 e fevereiro de 2021. Na revisão atual, no cenário base, a receita primária alcançaria R\$ 1.635,8 bilhões, em 2021, montante R\$ 25,1 bilhões superior ao projetado em novembro passado. Esse crescimento seria oriundo de melhora nas projeções das receitas administradas e na arrecadação líquida para o RGPS, visto que a projeção para as receitas não administradas foi mantida inalterada.

**Mudança na projeção decorre de revisões nos valores passados do PIB, do aumento da inflação e da menor queda real projetada para o PIB de 2020.** O aumento na projeção das receitas de 2021 (+R\$ 25,1 bilhões) deveu-se, como explicado na parte introdutória desta seção, (i) à revisão para cima nos valores do PIB nominal de 2018, 2019 e dos três primeiros trimestres de 2020; (ii) à aceleração dos preços ao consumidor, que afetam as projeções do deflator implícito do PIB; e (iii) à menor contração esperada do PIB real para 2020. Nessas condições, a projeção para o crescimento do PIB nominal, em 2021, passou de 6,6%, em novembro passado, para 7,3%, em fevereiro de 2021.

**Projeção para as receitas não administradas foi mantida, em termos nominais.** A projeção da IFI para as receitas não administradas, em 2021, não foi alterada, tendo em vista a ausência de eventos que justifiquem alguma mudança. Por exemplo, apesar do aumento recente observado no preço do petróleo no mercado internacional, para além de US\$ 60 o barril, foi mantida a atual premissa de preço médio do barril em US\$ 50, em 2021. Isto, combinado com a expectativa de uma taxa de câmbio R\$/US\$ média de 5,23, no ano, deve gerar em torno de R\$ 55 bilhões de receitas com *royalties* e participações para o governo central. Essa receita entra na rubrica “exploração de recursos naturais” na classificação adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Outro fator que poderia motivar alteração na projeção das receitas não administradas seria o aumento da contribuição dos servidores, por ocasião da reforma da previdência. Ocorre que, no entendimento da IFI, a projeção da rubrica “seguridade social do servidor” já estava bem calibrada para contemplar esse efeito.

**No cenário base, a projeção da IFI é de que a receita líquida do governo central seja de R\$ 1.333,3 bilhões, em 2021.** A nova projeção da IFI para a receita líquida do governo central, em 2021, é de R\$ 1.333,3 bilhões, configurando aumento de R\$ 22,1 bilhões frente à projeção de novembro, quando se estimava incremento do PIB nominal de 6,6%, em 2021. Conforme mencionado acima, a nova projeção da IFI para o crescimento do PIB nominal em 2021 é de alta de 7,3%.

**Revisão para cima na projeção da receita líquida, de 2021, deu-se em razão do aumento na projeção da receita primária, em R\$ 25 bilhões.** O aumento na projeção da receita líquida para 2021 decorre da revisão para cima na receita primária total, em R\$ 25,1 bilhões, assim como da alteração na projeção das transferências por repartição de receitas, em R\$ 3,0 bilhões, entre a revisão de novembro e a do presente relatório. Vale mencionar que a projeção das transferências governamentais é função das receitas administradas.

**TABELA 2. COMPARATIVO DAS PROJEÇÕES DA IFI PARA A ARRECADAÇÃO DO GOVERNO CENTRAL EM 2021 NAS REVISÕES DE CENÁRIOS DE NOVEMBRO DE 2019, NOVEMBRO DE 2020 E FEVEREIRO DE 2021**

CENÁRIO BASE: 2021 (R\$ milhões)	Revisão Nov/19	Revisão Nov/20	Revisão Fev/21	Dif. Fev/21- Nov/20
<b>1. Receita primária total</b>	<b>1.606.627,2</b>	<b>1.610.746,0</b>	<b>1.635.861,7</b>	<b>25.115,7</b>
Receita administrada pela RFB/ME, exceto RGPS e sem incentivos fiscais	995.947,9	992.691,7	1.007.006,1	14.314,4
Arrecadação líquida para o RGPS	442.115,4	435.691,5	446.492,9	10.801,3
Receitas não administradas pela RFB/ME	168.564,0	182.362,7	182.362,7	0,0
<b>2. Transferências por repartição de receita</b>	<b>271.530,9</b>	<b>299.547,5</b>	<b>302.570,5</b>	<b>3.023,0</b>
<b>3. Receita líquida de transferências [(1)-(2)]</b>	<b>1.335.096,3</b>	<b>1.311.198,5</b>	<b>1.333.291,2</b>	<b>22.092,7</b>
CENÁRIO OTIMISTA: 2021 (R\$ milhões)	Revisão Nov/19	Revisão Nov/20	Revisão Fev/21	Dif. Fev/21- Nov/20
<b>1. Receita primária total</b>	<b>1.613.579,7</b>	<b>1.664.531,7</b>	<b>1.674.400,4</b>	<b>9.868,7</b>
Receita administrada pela RFB/ME, exceto RGPS e sem incentivos fiscais	995.940,9	1.015.917,5	1.022.432,2	6.514,7
Arrecadação líquida para o RGPS	448.521,8	447.836,0	451.190,0	3.354,0
Receitas não administradas pela RFB/ME	169.116,9	200.778,2	200.778,2	0,0
<b>2. Transferências por repartição de receita</b>	<b>272.706,7</b>	<b>306.555,9</b>	<b>307.205,5</b>	<b>649,6</b>
<b>3. Receita líquida de transferências [(1)-(2)]</b>	<b>1.340.873,0</b>	<b>1.357.975,8</b>	<b>1.367.194,9</b>	<b>9.219,1</b>
CENÁRIO PESSIMISTA: 2021 (R\$ milhões)	Revisão Nov/19	Revisão Nov/20	Revisão Fev/21	Dif. Fev/21- Nov/20
<b>1. Receita primária total</b>	<b>1.606.339,5</b>	<b>1.575.334,1</b>	<b>1.593.122,0</b>	<b>17.787,9</b>
Receita administrada pela RFB/ME, exceto RGPS e sem incentivos fiscais	995.161,6	986.506,5	994.855,7	8.349,2
Arrecadação líquida para o RGPS	448.144,6	431.990,6	441.429,2	9.438,7
Receitas não administradas pela RFB/ME	163.033,3	156.837,0	156.837,0	0,0
<b>2. Transferências por repartição de receita</b>	<b>271.530,9</b>	<b>297.681,1</b>	<b>298.919,7</b>	<b>1.238,7</b>
<b>3. Receita líquida de transferências [(1)-(2)]</b>	<b>1.334.808,5</b>	<b>1.277.653,0</b>	<b>1.294.202,3</b>	<b>16.549,3</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

### 2.1.3 Projeções de receitas no horizonte 2021-2030

A Tabela 3 apresenta, de forma sintetizada, uma comparação entre as projeções da receita primária total e da receita líquida do governo central, como proporções do PIB, assim como do crescimento real da economia e do PIB nominal, para as revisões de cenário realizadas em novembro de 2019, novembro de 2020 e fevereiro de 2021, em um horizonte de 10 anos.

**Como proporção do PIB, projeção da IFI para a receita primária total, em 2021, é de 20,6%.** De acordo com a Tabela 3, no cenário base da IFI, atualizado em fevereiro de 2021, a receita primária total atingiria 20,6% do PIB neste ano, contra 21,2% na expectativa de novembro passado, e 21,1% na de novembro de 2019. A projeção da IFI para o crescimento real da economia, em 2021, foi marginalmente alterada, de 2,8%, na última revisão, para 3,0%, agora.

**TABELA 3. PROJEÇÕES DE RECEITA (% DO PIB) E PIB NO CENÁRIO BASE DA IFI, E COMPARAÇÃO ENTRE AS REVISÕES REALIZADAS EM NOVEMBRO DE 2019, NOVEMBRO DE 2020 E FEVEREIRO DE 2021**

Receita total - % do PIB	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário fevereiro/2021	20,6	20,8	20,9	21,1	21,2	21,2	21,2	21,2	21,2	21,2
Cenário novembro/2020	21,2	21,2	21,0	21,0	21,0	21,0	21,0	21,0	21,0	21,0
Cenário novembro/2019	21,1	21,3	21,1	21,1	21,0	20,9	20,9	20,9	20,9	20,8
Receita líquida - % do PIB	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário fevereiro/2021	16,8	16,9	17,0	17,1	17,2	17,2	17,2	17,2	17,2	17,2
Cenário novembro/2020	17,2	17,2	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1
Cenário novembro/2019	17,5	17,7	17,5	17,5	17,4	17,4	17,3	17,3	17,3	17,3
PIB - cresc. Real (%)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário fevereiro/2021	3,0	2,6	2,2	2,2	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3
Cenário novembro/2020	2,8	2,6	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3
Cenário novembro/2019	2,5	2,5	2,2	2,2	2,2	2,2	2,3	2,3	2,3	2,4
PIB nominal - R\$ bilhões	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário fevereiro/2021	7.926	8.458	8.971	9.515	10.105	10.732	11.397	12.104	12.855	13.652
Cenário novembro/2020	7.607	8.114	8.634	9.196	9.794	10.430	11.108	11.830	12.599	13.418
Cenário novembro/2019	8.124	8.659	9.206	9.792	10.416	11.084	11.798	12.560	13.377	14.252

Fonte: IBGE, Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

**Hipótese considerada pela IFI prevê uma recomposição gradual das receitas nos próximos anos, após a queda registrada em algumas bases tributáveis, em 2020.** A mudança ocorrida na trajetória das receitas (total e líquida)

durante o horizonte de projeção (2021-2030) ocorreu, conforme explicado nas considerações iniciais desta seção, em razão da hipótese assumida nesta revisão de cenários, diferentemente das revisões anteriores, de que a recomposição das bases de arrecadação ocorrerá de forma gradual, a partir de 2021. Essa hipótese parece mais plausível, considerando a grande desmobilização de recursos de produção (capital e trabalho) ocorrida na pandemia, assim como a recuperação da economia de forma concentrada em alguns setores de atividade, como indústria e varejo.

**Receita líquida, em proporção do PIB, deve convergir para 17,2% durante o horizonte de projeção entre 2021 e 2030.** No caso da receita líquida do governo central, a expectativa é de uma recomposição, como proporção do PIB, ao nível de 17,2% até meados da presente década, mesmo patamar de 2019, na ausência dos R\$ 70 bilhões recolhidos, em dezembro daquele ano, a título de receita extraordinária com a revisão do contrato de cessão onerosa entre a União e a Petrobras. A título de ilustração, a receita líquida apurada em 2019 foi de 18,2% do PIB.

As Tabelas 4, 5 e 6 apresentam as projeções de receita total bruta e suas componentes (receitas administradas pela Receita Federal, RGPS e receitas não administradas), além de projeções para as transferências aos entes subnacionais e para a receita líquida nos cenários base, otimista e pessimista, no período de 2021 a 2030.

**Crescimento continuado da economia cria condições para o aumento de bases de incidência de tributos.** Pelo lado das receitas administradas, os novos cenários base e otimista contemplam retomada gradual da arrecadação a partir de 2021, à medida que o crescimento da economia volte a convergir para taxas ao redor de 2,3% (cenário base) e 3,5% (otimista). A manutenção de um crescimento real continuado do PIB permitirá uma recomposição das bases de incidência de vários tributos, podendo eventualmente aumentar, por certo tempo, as elasticidades das receitas governamentais.

**No cenário pessimista, o PIB deve crescer no ritmo de 1,3% ao ano, a partir de 2022.** As projeções do cenário pessimista também melhoraram na atual revisão. Se, antes, projetava-se alta de 1,8% para o PIB, em 2021, agora, a projeção contempla incremento de 2,4%. A partir de 2022, no entanto, essa taxa se estabilizaria em 1,3% ao ano. Essa melhora das projeções para o PIB no cenário pessimista influencia, por sua vez, a trajetória das receitas administradas nesse cenário, trazendo implicações para a trajetória do resultado primário, conforme será explorado nas próximas seções.

**TABELA 4. PROJEÇÕES DA IFI NO CENÁRIO BASE – R\$ BILHÕES**

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Receita total</b>	<b>1.467,8</b>	<b>1.635,9</b>	<b>1.761,6</b>	<b>1.878,4</b>	<b>2.003,2</b>	<b>2.139,5</b>	<b>2.271,7</b>	<b>2.416,6</b>	<b>2.567,5</b>	<b>2.728,2</b>	<b>2.896,9</b>
Receita administrada pela RFB, exceto RGPS	899,5	1.007,0	1.094,8	1.172,8	1.256,3	1.347,6	1.432,6	1.527,5	1.625,5	1.729,8	1.838,9
Arrecadação líquida para o RGPS	404,8	446,5	472,2	498,6	526,5	557,2	589,1	622,8	658,4	696,5	736,3
Receitas não administradas pela RFB	163,6	182,4	194,5	207,0	220,4	234,8	250,0	266,3	283,6	302,0	321,6
<b>Transferências por repartição de receita</b>	<b>263,8</b>	<b>302,6</b>	<b>329,0</b>	<b>352,4</b>	<b>377,5</b>	<b>404,9</b>	<b>430,4</b>	<b>459,0</b>	<b>488,4</b>	<b>519,7</b>	<b>552,5</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>1.203,9</b>	<b>1.333,3</b>	<b>1.432,6</b>	<b>1.526,0</b>	<b>1.625,7</b>	<b>1.734,6</b>	<b>1.841,2</b>	<b>1.957,6</b>	<b>2.079,1</b>	<b>2.208,5</b>	<b>2.344,3</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

**TABELA 5. PROJEÇÕES DA IFI NO CENÁRIO OTIMISTA – R\$ BILHÕES**

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Receita total</b>	<b>1.467,8</b>	<b>1.674,4</b>	<b>1.814,9</b>	<b>1.966,7</b>	<b>2.130,2</b>	<b>2.314,2</b>	<b>2.506,6</b>	<b>2.705,1</b>	<b>2.915,8</b>	<b>3.143,0</b>	<b>3.385,9</b>
Receita administrada pela RFB, exceto RGPS	899,5	1.022,4	1.115,4	1.210,4	1.310,6	1.426,1	1.544,2	1.662,1	1.785,4	1.917,9	2.058,2
Arrecadação líquida para o RGPS	404,8	451,2	483,6	524,4	570,3	620,2	674,5	733,5	797,6	867,4	943,3
Receitas não administradas pela RFB	163,6	200,8	215,9	231,9	249,3	267,9	288,0	309,5	332,7	357,6	384,4
<b>Transferências por repartição de receita</b>	<b>263,8</b>	<b>307,2</b>	<b>335,1</b>	<b>363,7</b>	<b>393,8</b>	<b>428,5</b>	<b>464,0</b>	<b>499,4</b>	<b>536,5</b>	<b>576,3</b>	<b>618,4</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>1.203,9</b>	<b>1.367,2</b>	<b>1.479,8</b>	<b>1.603,1</b>	<b>1.736,4</b>	<b>1.885,8</b>	<b>2.042,7</b>	<b>2.205,7</b>	<b>2.379,3</b>	<b>2.566,7</b>	<b>2.767,5</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

**TABELA 6. PROJEÇÕES DA IFI NO CENÁRIO PESSIMISTA – R\$ BILHÕES**

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Receita total</b>	<b>1.467,8</b>	<b>1.593,1</b>	<b>1.707,8</b>	<b>1.802,4</b>	<b>1.909,4</b>	<b>2.031,4</b>	<b>2.155,7</b>	<b>2.292,3</b>	<b>2.434,7</b>	<b>2.587,6</b>	<b>2.748,4</b>
Receita administrada pela RFB, exceto RGPS	899,5	994,9	1.075,7	1.138,1	1.207,1	1.288,2	1.368,7	1.458,9	1.552,0	1.652,7	1.758,1
Arrecadação líquida para o RGPS	404,8	441,4	464,5	486,2	512,9	541,6	572,4	605,0	639,4	675,9	714,3
Receitas não administradas pela RFB	163,6	156,8	167,6	178,0	189,4	201,6	214,6	228,5	243,3	259,1	276,0
<b>Transferências por repartição de receita</b>	<b>263,8</b>	<b>298,9</b>	<b>323,2</b>	<b>342,0</b>	<b>362,7</b>	<b>387,1</b>	<b>411,3</b>	<b>438,4</b>	<b>466,3</b>	<b>496,6</b>	<b>528,2</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>1.203,9</b>	<b>1.294,2</b>	<b>1.384,6</b>	<b>1.460,4</b>	<b>1.546,7</b>	<b>1.644,4</b>	<b>1.744,4</b>	<b>1.854,0</b>	<b>1.968,4</b>	<b>2.091,1</b>	<b>2.220,2</b>

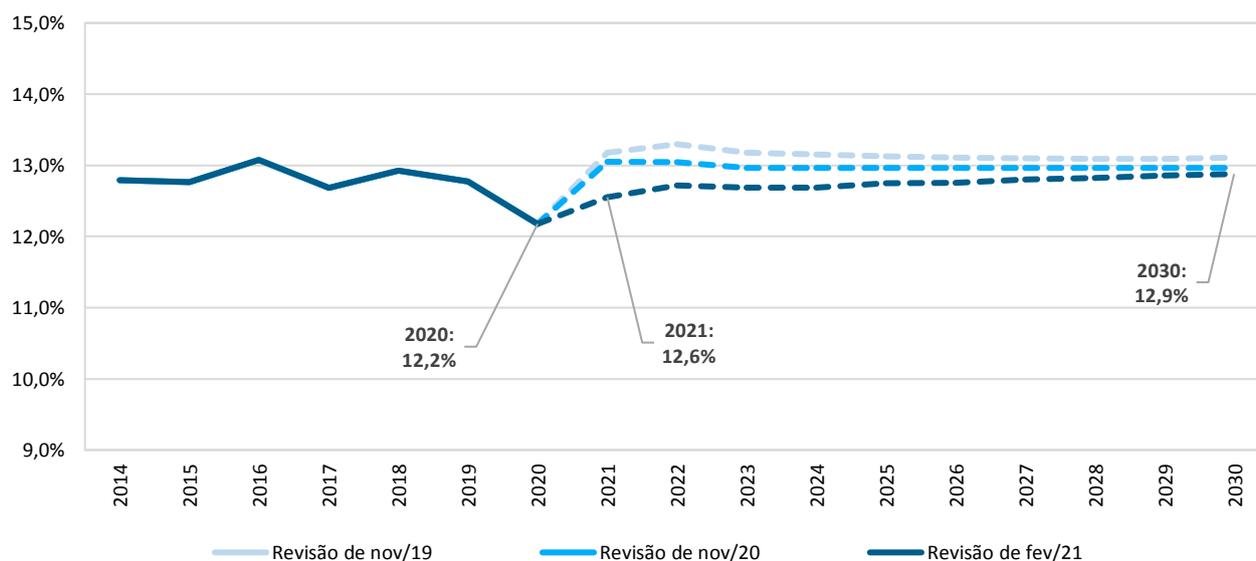
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

No cenário base, a projeção da IFI contempla, para as receitas administradas, um nível médio de 12,8% do PIB entre 2021 e 2030. O Gráfico 6 apresenta as trajetórias previstas pela IFI para as receitas administradas do governo central no cenário base, excetuando-se as receitas do RGPS, como proporção do PIB, no horizonte de 2021 a 2030. Na média do período, as receitas administradas corresponderiam a 12,8% do PIB na revisão atual das projeções.

Em 2020, a redução mais pronunciada das receitas administradas, como proporção do PIB, decorreu do enfraquecimento da atividade econômica, dos diferimentos de tributos e da redução pontual de alíquotas de alguns tributos federais, como o IOF incidente sobre operações de crédito.

A recuperação das receitas administradas, a partir de 2021, deve ocorrer de forma gradual em razão dos motivos já expostos nesta seção. Essa recomposição das receitas, à medida que o crescimento esperado para a economia se confirme, deverá levar a receita aos patamares observados nos anos anteriores à pandemia, entre 12,8% e 13,0% do PIB. Níveis mais elevados poderão ser alcançados, por exemplo, com um aumento do PIB potencial.

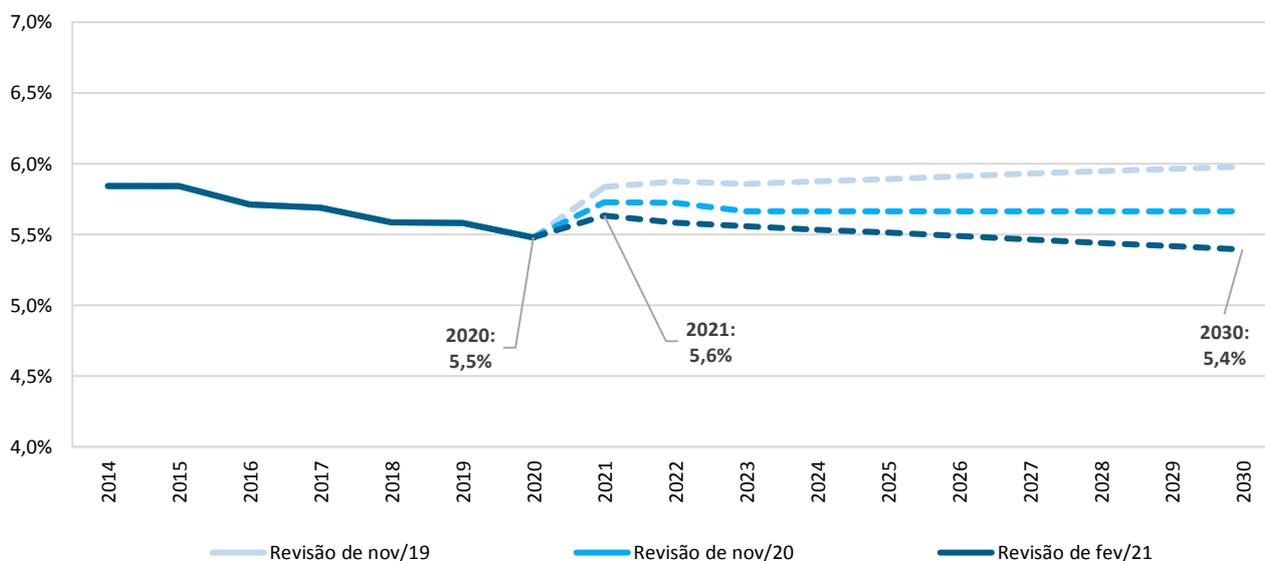
**GRÁFICO 6. COMPARATIVO ENTRE AS PROJEÇÕES DE RECEITAS ADMINISTRADAS/PIB - REVISÕES DE NOV/19, NOV/20 E FEV/21, NO CENÁRIO BASE**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

**Cenário base não contempla recuperação das receitas do RGPS, em proporção do PIB, nos próximos anos.** O Gráfico 7 contém o comparativo entre as projeções para as receitas líquidas do RGPS no cenário base, feitas nas revisões atual, de novembro de 2019 e de novembro de 2020. Assim como as receitas administradas, as receitas do RGPS sofreram redução, em 2020, em razão da queda na atividade econômica e do diferimento do recolhimento da contribuição patronal para a Previdência. Importante notar que a redução observada nos últimos anos nessa receita, como proporção do PIB, decorreu da desoneração da folha de pagamentos de alguns setores de atividade econômica.

**GRÁFICO 7. COMPARATIVO ENTRE AS PROJEÇÕES DE RECEITAS DO RGPS/PIB - REVISÕES DE NOV/19, NOV/20 E FEV/21, NO CENÁRIO BASE**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

**Incertezas em relação à materialização de alguns eventos sugerem a manutenção da arrecadação para o RGPS em níveis próximos aos atuais.** Na atual revisão de cenários, optou-se por considerar que as receitas do RGPS permanecerão em níveis entre 5,4% e 5,6% do PIB, no horizonte de projeção, em virtude de incertezas com respeito (i) à volta dos recolhimentos da contribuição patronal sobre a folha dos setores que ainda estão desonerados, e (ii) à possibilidade de uma desoneração mais abrangente ser implementada.

Outra consideração importante a ser feita, e que embasa a hipótese de não recuperação das receitas do RGPS, como proporção do PIB, no horizonte entre 2021 e 2030, diz respeito à possibilidade de a pandemia ter acelerado mudanças estruturais que já vinham sendo observadas nas relações de trabalho. Tais mudanças podem causar um efeito permanente sobre as receitas previdenciárias. Evidentemente, esse tipo de hipótese carece de estudos mais aprofundados, a serem realizados em momentos futuros, à medida que mais informações estejam disponíveis.

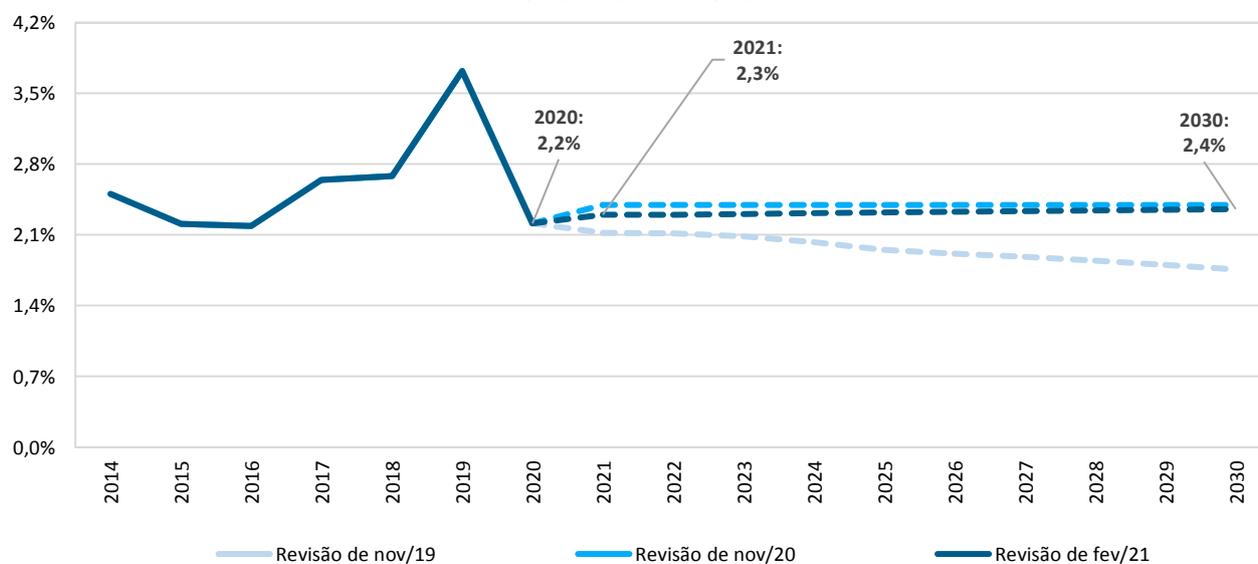
**Premissas em relação ao comportamento das receitas não administradas foram mantidas.** Para a projeção das receitas não administradas, foram mantidos os valores nominais apresentados na última revisão de cenários, publicada em novembro de 2020. Na ocasião, foi considerada a premissa de que essa arrecadação manterá participação relativamente constante no PIB entre 2021 e 2030. O nível dessa participação varia de acordo com o cenário. Apesar da incerteza em relação ao recolhimento de receitas não administradas, a IFI considerou que o governo continuará se esforçando para auferir receitas provenientes, por exemplo, de leilões e concessões de ativos de infraestrutura. Além disso, a consolidação de uma retomada do crescimento, ainda que a uma taxa inferior a 2,5% ao ano (2,3%, no cenário base da IFI), deve criar um ambiente econômico mais favorável para o aumento do recolhimento dessas receitas.

As premissas para os cenários de receitas não administradas são:

- cenário base: 90% da média do percentual de receitas não administradas recolhidas entre 2005 e 2018, que correspondeu a 2,67% do PIB. Portanto, a IFI assumiu que essas receitas corresponderão a 2,40% do PIB no horizonte de 2021 a 2030;
- cenário otimista: 97% do mesmo percentual. Assim, considerou-se que as receitas não administradas alcançarão, entre 2021 e 2030, 2,60% do PIB; e
- cenário pessimista: as receitas não administradas representarão 2,10% do PIB, equivalentes a 79% da média de 2,67%, apurada entre 2005 e 2018.

O Gráfico 8 compara as trajetórias das projeções para as receitas não administradas, como proporção do PIB, referentes às revisões atual, de novembro de 2019 e de novembro de 2020, todas no cenário base. Como os valores nominais das receitas não administradas foram mantidos constantes na revisão atual, na comparação com a revisão de novembro passado, os valores, como proporção do PIB, ficaram marginalmente diferentes.

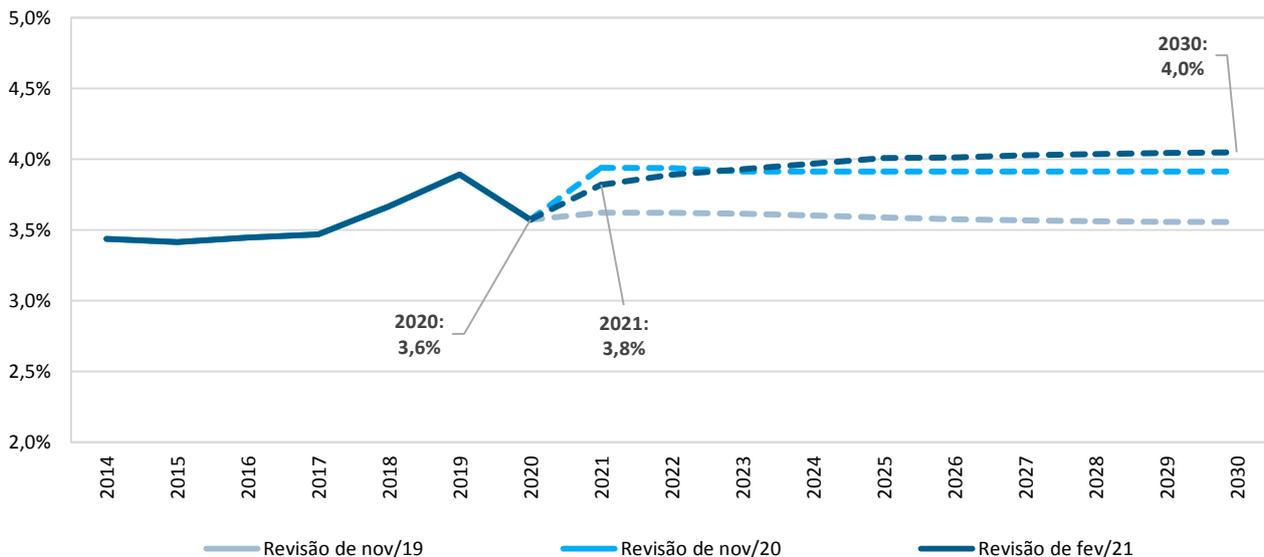
**GRÁFICO 8. COMPARATIVO ENTRE AS PROJEÇÕES DE RECEITAS NÃO ADMINISTRADAS/PIB - REVISÕES DE NOV/19, NOV/20 E FEV/21, NO CENÁRIO BASE**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

**Projeção das transferências da União acompanha a trajetória para as receitas administradas.** As projeções para as transferências por repartição de receita são apresentadas no Gráfico 9. Em comparação à revisão de novembro passado, assumiu-se que as transferências, após a retração verificada em 2020 (em proporção do PIB), serão recompostas nos próximos anos, em linha com o cenário projetado para as receitas administradas. Optou-se por vincular as projeções das transferências da União a Estados e Municípios ao cenário das receitas administradas em razão da ausência de projeções, por ora, para os tributos sobre os quais incide o percentual dessas transferências.

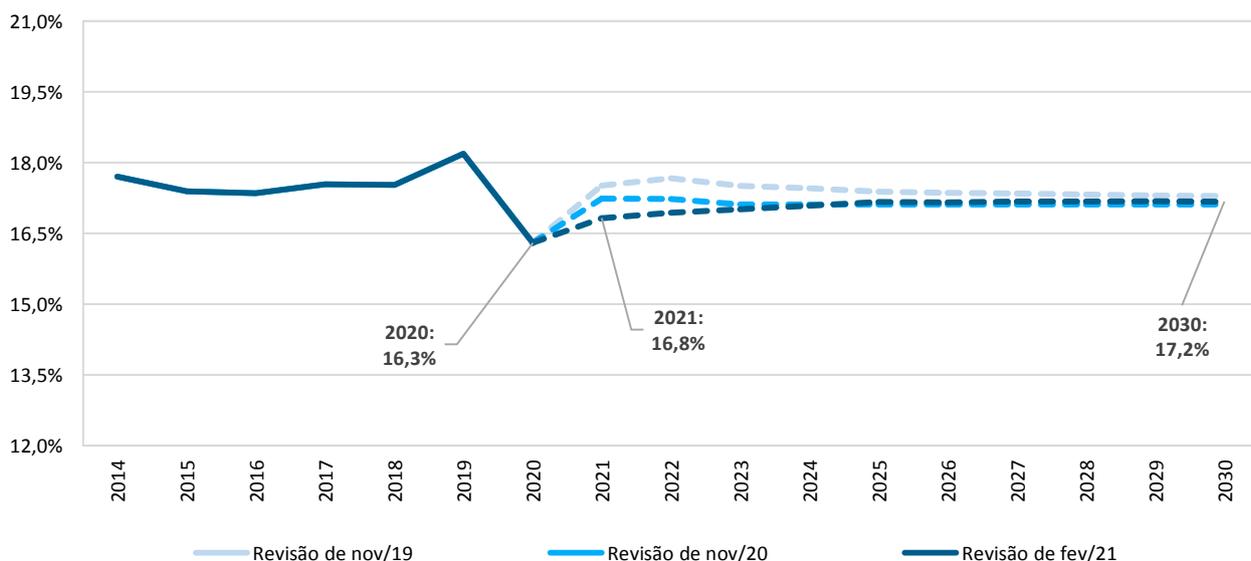
**GRÁFICO 9. COMPARATIVO ENTRE AS PROJEÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS/PIB - REVISÕES DE NOV/19, NOV/20 E FEV/21 NO CENÁRIO BASE**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

**Expectativa da IFI é de que a receita líquida, como proporção do PIB, retorne ao nível de 17,2%, a partir de 2025.** Por fim, o Gráfico 10 apresenta a projeção da receita líquida para o período de 2021 a 2030. Pelos mesmos motivos apresentados para as trajetórias das receitas administradas e das receitas do RGPS, a receita líquida caiu para 16,3% do PIB, em 2020. A partir de 2021, a recuperação deverá ser gradual, em linha com o movimento esperado para as receitas administradas. Essa recomposição da receita líquida deverá convergir para o nível de 17,2% do PIB, atingido a partir de meados da presente década.

**GRÁFICO 10. COMPARATIVO ENTRE AS PROJEÇÕES DE RECEITA LÍQUIDA/PIB - REVISÕES DE NOV/19, NOV/20 E FEV/21 NO CENÁRIO BASE**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

## 2.2 Cenários para as despesas da União e o resultado primário

### 2.2.1 Despesas primárias

**Em 2021, a despesa primária do governo central deve recuar R\$ 366,6 bilhões, ou 18,8% (Tabela 7).** A contração se deve aos gastos com o enfrentamento da pandemia. Em 2020, eles atingiram R\$ 520,9 bilhões. Para este ano, a IFI projeta gastos da ordem de R\$ 64,2 bilhões, já considerando a provável prorrogação do auxílio emergencial a vulneráveis. Essa previsão, contudo, guarda certo grau de incerteza. Para além da impossibilidade de se precisar a extensão da pandemia e dos seus efeitos sobre a economia, o formato do auxílio emergencial segue indefinido. Mais adiante detalharemos os gastos com a Covid-19 no cenário da IFI. Em proporção do PIB, a redução de R\$ 366,6 bilhões no gasto primário total representa um recuo de 6,4 pontos percentuais: de 26,4%, em 2020, para 19,9%, em 2021.

**Desconsiderado-se o gasto com a Covid-19, a despesa primária mantém trajetória ascendente.** No nosso cenário-base, a despesa primária deve crescer 6,3% em 2021, refletindo o avanço dos principais itens do gasto obrigatório, como previdência, pessoal e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Apesar disso, o ritmo de crescimento desses itens desacelerou nos últimos dois anos. Como veremos adiante, essa diminuição no ritmo de crescimento repercutiu positivamente no cenário para o teto de gastos. O gasto discricionário, por sua vez, se mantém em queda. Em 2020, ele havia atingido sua mínima histórica em percentual do PIB (1,5%). Em 2021, nossa projeção é de R\$ 104,3 bilhões ou 1,3% do PIB.

**TABELA 7. DESPESA PRIMÁRIA – CENÁRIO BASE (R\$ BILHÕES)**

Discriminação	2020 Realizado	2021 Projeção IFI	Variação	
			R\$ bilhões	%
<b>Despesa Primária</b>	<b>1.947,0</b>	<b>1.580,4</b>	<b>-366,6</b>	<b>-18,8</b>
Obrigatórias	1.838,8	1.476,1	-362,7	-19,7
Previdência (RGPS)	663,9	704,5	40,6	6,1
Pessoal	321,3	338,1	16,7	5,2
Abono Salarial e Seguro Desemprego	59,6	61,2	1,7	2,8
BPC	62,7	66,9	4,3	6,8
Bolsa Família	19,0	34,9	15,8	83,0
Demais obrigatórias	712,3	270,5	-441,8	-62,0
Discricionárias (Executivo)	108,2	104,3	-3,9	-3,6
<i>Memo:</i>				
<i>Enfrentamento da Covid-19</i>	520,9	64,2	-456,7	-87,7
<i>Demais</i>	1.426,1	1.516,2	90,1	6,3

Fonte: Tesouro (2020) e IFI (2021).

**Na comparação com o cenário-base de novembro, a projeção de despesas primárias cresceu R\$ 51,0 bilhões, ou 3,3% (Tabela 8).** A revisão atinge principalmente os gastos com a Covid-19, que foram ampliados em R\$ 54,2 bilhões. Em novembro, diferentemente da presente revisão, a IFI havia optado por não considerar nas projeções eventual prorrogação do auxílio emergencial a vulneráveis. Também no atual quadro de projeções, as estimativas para previdência e pessoal não foram alteradas, pois o realizado, no fim de 2020 e início de 2021, indicam desempenho muito semelhante ao esperado pela IFI para este ano. Já o gasto discricionário precisou ser revisto para baixo em função da necessidade de cumprimento da meta de déficit primário, que é de R\$ 247,1 bilhões.

O novo cenário também incorpora R\$ 4,9 bilhões a título da compensação da União aos demais entes relacionadas à Lei Kandir (Lei complementar nº 87/96). O Congresso aprovou em dezembro a Lei Complementar nº 176/2020, que estabelece transferências anuais de R\$ 4,0 bilhões entre 2020 e 2030. Como em 2020 o valor transferido foi de R\$ 3,1 bilhões, optamos por considerar que o valor restante, R\$ 900 milhões, será pago junto com a parcela de 2021, totalizando R\$ 4,9 bilhões.

**TABELA 8. PROJEÇÕES DE FEV/21 VERSUS PROJEÇÕES DE NOV/20 PARA A DESPESA PRIMÁRIA EM 2021 - CENÁRIO BASE**

Discriminação	nov/20	fev/21	Variação	
			R\$ bilhões	%
<b>Despesa Primária</b>	<b>1.529,4</b>	<b>1.580,4</b>	<b>51,0</b>	<b>3,3</b>
Obrigatórias	1.416,7	1.476,1	59,4	4,2
Previdência (RGPS)	704,5	704,5	0,0	0,0
Pessoal	338,1	338,1	0,0	0,0
Abono Salarial e Seguro Desemprego	57,8	61,2	3,5	6,0
BPC	66,9	66,9	0,0	0,0
Bolsa Família	34,9	34,9	0,0	0,0
Demais obrigatórias	214,6	270,5	55,9	26,1
Discricionárias (Executivo)	112,7	104,3	-8,4	-7,4
<i>Memo:</i>				
<i>Enfrentamento da Covid-19</i>	<i>10,0</i>	<i>64,2</i>	<i>54,2</i>	<i>-87,7</i>
<i>Demais</i>	<i>1.519,4</i>	<i>1.516,2</i>	<i>-3,2</i>	<i>-0,2</i>

Fonte: IFI.

**Gasto primário projetado pela IFI para 2021 está R\$ 31,0 bilhões (ou 2,0%) acima do esperado pelo governo (Tabela 9).** Com o atraso na tramitação do PLOA, optamos por utilizar, para fins de comparação, as projeções que constam da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada em dezembro do ano passado. O dado da LDO tem a vantagem de ser mais recente, mas tem a desvantagem de não estar detalhado. De qualquer forma, é muito provável que a principal diferença entre as projeções da IFI e as do governo, presentes na LDO, se refira ao auxílio emergencial a vulneráveis. Enquanto o governo ainda não incorporou em suas estimativas o valor do benefício, a IFI, nesta revisão, passou a considerar, no cenário base, um gasto total de R\$ 34,2 bilhões em 2021.

**TABELA 9. PROJEÇÃO DA IFI (CENÁRIO BASE) X PROJEÇÃO DO GOVERNO – CENÁRIO BASE**

Discriminação	Governo (LDO/dezembro)		IFI (fevereiro)		Diferença	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bi	% PIB
<b>Despesa Primária</b>	<b>1.549,4</b>	<b>19,8</b>	<b>1.580,4</b>	<b>19,9</b>	<b>31,0</b>	<b>2,0</b>
Previdência	710,4	9,1	704,5	8,9	-5,9	-0,8
Pessoal	335,8	4,3	338,1	4,3	2,3	0,7
Outras despesas obrigatórias*	248,1	3,2	281,3	3,5	33,2	13,4
Despesas do Executivo sujeitas a programação financeira	255,1	3,3	256,5	3,2	1,4	0,6
Obrigatórias com controle de fluxo	154,8	2,0	152,2	1,9	-2,6	-1,7
Discricionárias*	100,3	1,3	104,3	1,3	4,0	4,0

PIB nominal

7811,4

7.926,21

Fonte: LDO 2021 (Anexo IV, Tabela 4) e IFI. \*Na Tabela da LDO, a reserva de contingência primária que será destinada, na tramitação do PLOA, ao atendimento das emendas parlamentares, no valor de R\$ 16,3 bilhões, está incluída na linha relativa a outras despesas obrigatórias. Como esse valor será majoritariamente incorporado ao orçamento como despesas discricionárias do Executivo, nesta tabela do RAF ele está incluído na linha relativa às discricionárias. Dessa forma, o número da LDO se torna comparável ao da IFI, dado que nos nossos cenários são projetadas as discricionárias totais, incluindo emendas parlamentares.

No cenário base, os gastos com a Covid-19 chegam a R\$ 64,2 bilhões em 2021 (Tabela 10). Na ausência de informações pormenorizadas sobre as medidas que o governo pretende adotar, optamos por considerar apenas os gastos com auxílio emergencial a vulneráveis e vacinação, além de R\$ 10,0 bilhões para outras demandas que devem surgir na área da saúde. Vale lembrar que o governo já possui autorizados R\$ 37,6 bilhões em restos a pagar ou reabertura de créditos extraordinários de 2020. Isso não significa, contudo, que esse montante será efetivamente pago em 2021, dado que eventuais gastos impactarão o cumprimento da meta de resultado primário e concorrerão com as demais despesas primárias, a exemplo do próprio benefício emergencial.

**TABELA 10. GASTOS COM A COVID-19 – CENÁRIO BASE (R\$ BILHÕES)**

Ação	2020 Realizado	2021 Projeção IFI	Variação	
Auxílio emergencial a vulneráveis	293,1	34,2	-	259,0
Auxílio financeiro aos entes subnacionais	78,2	-	-	78,2
Cotas dos fundo garantidores de operações e de crédito	58,1	-	-	58,1
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	33,5	-	-	33,5
Vacinação	2,2	20,0		17,8
Demais	55,8	10,0	-	45,8
<b>Total</b>	<b>520,9</b>	<b>64,2</b>	<b>-</b>	<b>456,8</b>

Fonte: Tesouro (2020) e IFI (2021).

**Auxílio emergencial a vulneráveis em 2021 poderá custar R\$ 34,2 bilhões, descontado o valor do Bolsa Família (BF).** A Tabela 11 estima a despesa total com a volta dos pagamentos do auxílio emergencial a vulneráveis em 2021. No cenário base, correspondente a uma despesa de R\$ 34,2 bilhões, seriam pagas quatro parcelas mensais, entre março e junho, no valor de R\$ 250, para 45 milhões de pessoas. No cenário otimista, reduzimos a quantidade de indivíduos que necessitariam do auxílio para 35 milhões, o que faria a despesa total do programa cair para R\$ 24,2 bilhões. Finalmente, no cenário pessimista, aumentamos os beneficiários para 50 milhões, e estendemos a duração dos pagamentos para seis meses (portanto, de março a agosto). Neste caso, a despesa total seria de R\$ 58,7 bilhões.

**TABELA 11. DESPESA ESTIMADA COM O AUXÍLIO EMERGENCIAL A VULNERÁVEIS EM 2021**

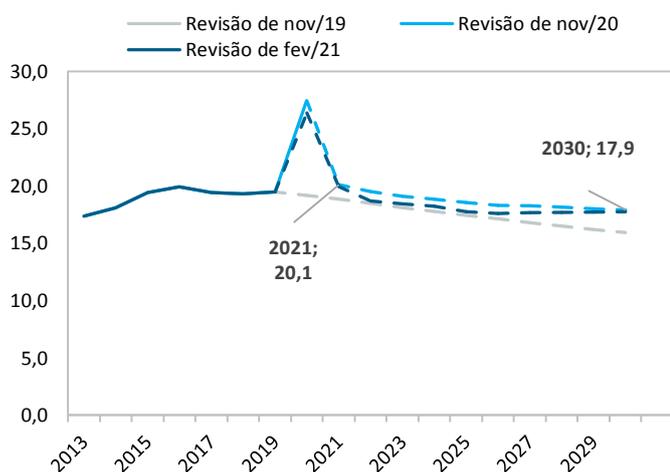
Premissas	Cenário		
	Otimista	Base	Pessimista
Valor da cota mensal (R\$)	250	250	250
Número de parcelas mensais	4	4	6
Quantidade de beneficiários (milhões de pessoas)	35	45	50
<i>No Bolsa Família</i>	19,2	19,2	19,2
<i>Fora do Bolsa Família</i>	15,8	25,8	30,8
Despesa mensal (R\$ bi) [A]	8,8	11,3	12,5
Valor mensal que seria pago de BF por mês (R\$ bi) [B]	2,7	2,7	2,7
Despesa mensal, exceto o que seria pago de BF (R\$ bi) [C = A – B]	6,0	8,5	9,8
Despesa total (R\$ bi) [D]	35,0	45,0	75,0
Valor total que seria pago de BF (R\$ bi) [E]	10,8	10,8	16,3
Despesa total, exceto o que seria pago de BF (R\$ bi) [F = D – E]	24,2	<b>34,2</b>	58,7

Fonte: IFI. A informação da linha B foi estimada a partir de dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), disponíveis em: <https://bit.ly/3dh4fV5>. Veja a Nota 2, abaixo. Nota 1: não consideramos pagamento de cota dupla para mulheres chefes de família monoparental. Conforme noticiado pela imprensa, é possível que em 2021 não haja cota dupla, como houve em 2020. Ver, por exemplo: <https://bit.ly/3arspKR>. Nota 2: consideramos que os beneficiários do BF que se mostrarem elegíveis ao auxílio emergencial receberão uma complementação ao BF, de modo que o valor final recebido pelo beneficiário seja de R\$ 250. Assim, não se tratará de substituir um benefício pelo outro, fato que faz diferença do ponto de vista dos lançamentos orçamentários. Neste sentido, a despesa total (linha F) é líquida do montante que já seria pago a título de BF. Tal montante foi estimado em R\$ 2,7 bilhões mensais (linha B), pois: (i) esta foi a despesa com o BF em janeiro de 2021, conforme a SAGI; e (ii) a série histórica da SAGI indica que, entre março e abril de 2020, quando o auxílio foi implementado pela primeira vez, a despesa com o BF foi cortada em sua quase totalidade (de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 113 milhões), dando suporte à hipótese de que a quase totalidade dos beneficiários será elegível para a mencionada complementação em 2021.

**No cenário base, o gasto primário cairá a 17,9% do PIB até 2030.** Em 2020, o gasto primário atingiu 26,4% do PIB, maior valor da série histórica do Tesouro Nacional. O percentual considera os 7,1% do PIB gastos no enfrentamento da pandemia. Subtraindo-se as duas principais atipicidades no período – as despesas da Covid-19, em 2020, e os pagamentos da cessão onerosa à Petrobras, em 2019 –, o gasto primário teria apresentado ligeira alta de 1,3%, passando de 19% para 19,3% do PIB. É um crescimento em ritmo menor do que observado nos últimos anos e que impacta as projeções.

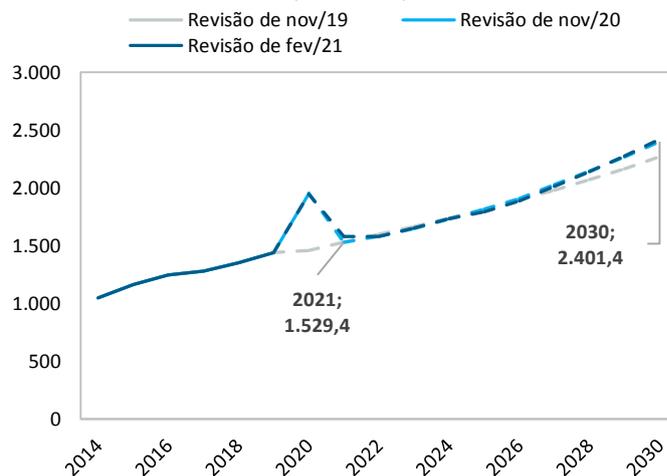
No cenário de novembro de 2020, as despesas primárias partiam de 27,4% do PIB, em 2020, caíam a 20,1% do PIB, em 2021, e convergiam a 17,9% do PIB até 2030. Pelas novas projeções, a despesa parte dos 26,4% do PIB observados em 2020 e também atinge 17,9% do PIB em 2030. Dessa vez, contudo, o recuo nos primeiros anos é um pouco superior ao que se verificava no cenário anterior (Gráfico 11, para valores em % do PIB, e Gráfico 12, para valores em R\$ bilhões). A trajetória do gasto pouco se alterou entre as duas revisões e, portanto, o principal fator por trás da melhora das projeções do gasto em percentual do PIB foi o aumento nas projeções da IFI para o PIB nominal. O PIB nominal anual médio projetado, em novembro, para o período de 2021 a 2030, era de R\$ 10,3 trilhões. Na nova curva, o PIB médio passou a R\$ 10,6 trilhões.

**GRÁFICO 11. DESPESA PRIMÁRIA - CENÁRIO BASE  
(% DO PIB)**



Fonte: Tesouro (2014 a 2020) e IFI (anos seguintes).

**GRÁFICO 12. DESPESA PRIMÁRIA - CENÁRIO BASE  
(R\$ BILHÕES)**

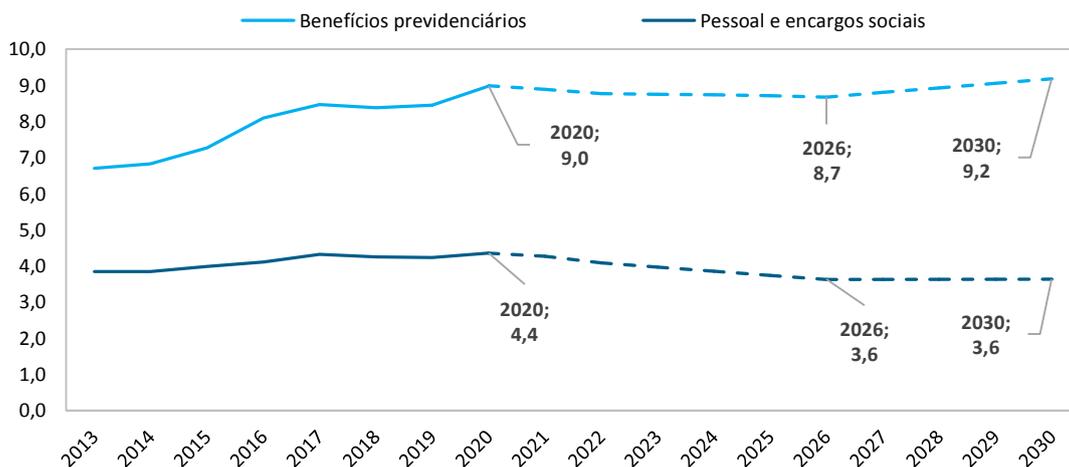


Fonte: Tesouro (2014 a 2020) e IFI (anos seguintes).

**A trajetória dos gastos com previdência e pessoal se manteve praticamente inalterada nesta revisão.** As simulações da IFI para os benefícios previdenciários utilizam a metodologia de projeções fiscais do RGPS descrita no PLDO, a partir da reprodução, pela IFI, dos modelos públicos disponibilizados pelo governo na época da discussão da reforma da previdência. No cenário base e pessimista, a hipótese é de crescimento real do salário mínimo pelo PIB defasado em dois anos a partir de 2027 e 2022, respectivamente. No otimista, a premissa é que o salário mínimo não terá crescimento real ao longo de todo horizonte temporal, evoluindo apenas pelo INPC.

Nesta revisão, os gastos do RGPS partem de 9% do PIB, em 2020, caem até 8,7% do PIB, em 2026, em função da premissa de congelamento, em termos reais, do salário mínimo, até 2026, e dos efeitos da reforma da previdência, e voltam para 9,2% do PIB em 2030 (Gráfico 13). Já a projeção para os gastos com pessoal considera um crescimento de 3% entre 2022 e 2026, seguido de um período em que os gastos são também reajustados pela inflação do ano anterior. É um cenário restritivo, sobretudo se levarmos em conta que esses gastos cresceram, em média, 7,1% entre 2015 e 2019. Por outro lado, em 2020, o ritmo desacelerou e o avanço foi de apenas 2,6% em relação ao ano anterior. No cenário base, os gastos com pessoal chegam a 3,6% do PIB, em 2026, e se estabilizam no restante do período.

**GRÁFICO 13. RGPS E PESSOAL - CENÁRIO BASE (% DO PIB)**



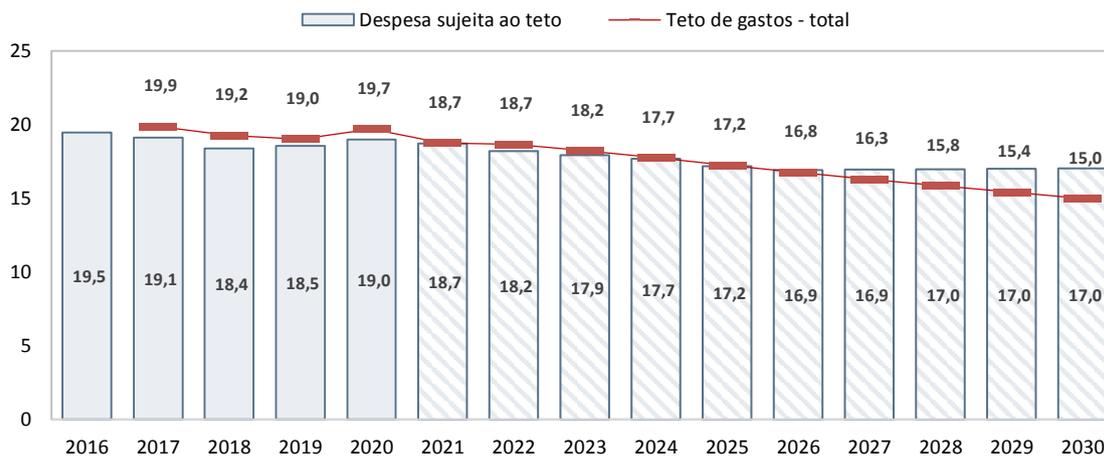
Fonte: Tesouro (2013 a 2020) e IFI (anos seguintes).

### 2.2.2 Teto de gastos

**As novas projeções trazem um cenário mais favorável ao cumprimento do teto de gastos.** Em 2021, as despesas primárias sujeitas ao teto devem chegar a R\$ 1.483,0 bilhões, com uma folga de R\$ 2,9 bilhões<sup>5</sup>. As despesas devem representar 18,7% do PIB no fim de 2021 (Gráfico 14). Respeitada a regra constitucional, as despesas primárias sujeitas ao teto cairiam para cerca de 17% do PIB, em 2026, ano em que a forma de correção dos limites poderia ser revista. Para os próximos anos, as perspectivas de cumprimento do teto continuam indicando cenário bastante difícil para o cumprimento do teto, mas melhor do que o previsto em novembro pela IFI, sobretudo em razão dos efeitos da inflação sobre a correção do teto. Os próximos parágrafos tratam dos fatores que subsidiam nossa avaliação do teto de gastos nesta revisão de cenários.

<sup>5</sup> Esses valores se referem aos três Poderes, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública da União somados.

**GRÁFICO 14. TETO DE GASTOS - CENÁRIO BASE (% DO PIB)**



Fonte: Tesouro (2016 a 2020) e IFI (anos seguintes).

**O ritmo de crescimento de pessoal e previdência caiu nos últimos três anos.** Os gastos com previdência e pessoal, que juntos correspondem a 70% do total das despesas sujeitas ao teto, têm mostrado tendência de crescimento abaixo da esperada anteriormente pela IFI. O desempenho dos gastos previdenciários reflete, em alguma medida, as novas regras instituídas pela Reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 103/2019). É preciso estar atento, contudo, a outros fatores que possam ter influenciado esse movimento recente, como o eventual represamento de pedidos de concessão de benefícios<sup>6</sup>. As despesas de pessoal, por sua vez, foram impactadas pela redução no número de contratações na administração federal e pelo fim dos reajustes que haviam sido concedidos entre 2016 e 2019 para boa parte das carreiras da União.

**O quadro fiscal para 2021 é menos incerto do que em novembro passado.** No cenário base, o teto é cumprido mesmo considerando gastos sobre os quais havia certa indefinição ao longo de 2020, como a destinação de R\$ 20,0 bilhões para a aquisição de vacinas, por meio de crédito extraordinário, e a nova compensação da União aos demais entes decorrentes da Lei Kandir (Lei Complementar nº 176/2020).

**Dados preliminares de execução de janeiro reforçam o cenário mais benéfico para o teto em 2021.** Os gastos com pessoal, exceto sentenças judiciais e precatórios, cresceram, em termos nominais, 1,4% na comparação com janeiro de 2020. Como a maior parte dos reajustes salariais é concedida já em janeiro e o ritmo de contratações reduziu-se consideravelmente nos últimos anos, o desempenho no início do ano se torna um bom preditor para o avanço da despesa no restante do ano. Nos nossos cenários, consideramos um aumento nominal de 3%, a título de crescimento vegetativo da folha, acrescido do impacto das novas contratações informado no Anexo V do PLOA 2021, que é de R\$ 2,4 bilhões, em 2021, e de R\$ 4,5 bilhões no ano que vem. No total, a despesa com pessoal crescerá 5,2% em termos nominais, avanço bastante conservador se considerarmos o desempenho de janeiro.

Já os gastos do RGPS, desconsiderando-se os relativos a sentenças judiciais e precatórios, cresceram 5,6% em janeiro frente ao mesmo mês de 2020. Assim como no caso dos gastos com pessoal, não havendo mudanças significativas nas

<sup>6</sup> A esse respeito, veja por exemplo: <https://glo.bo/3qGXPTd>.

regras, o desempenho no primeiro mês já seria um bom preditor para o comportamento no ano. Apenas por hipótese, se o crescimento de janeiro fosse observado no exercício, o gasto do RGPS, após incluir sentenças e precatórios, ficaria em R\$ 702,2 bilhões, abaixo dos R\$ 710,4 bilhões hoje projetados pelo governo na LDO<sup>7</sup>. O percentual é próximo ao do cenário base da IFI, que é de 5,9%.

**Nos nossos cenários, os gastos com enfrentamento da pandemia, inclusive o eventual novo auxílio emergencial, não estão sujeitos ao teto de gastos.** Como visto, nosso cenário base contempla R\$ 64,2 bilhões em gastos da Covid-19. A hipótese é que essas despesas correriam à conta de restos a pagar e reabertura de créditos extraordinários abertos no ano passado ou novos créditos extraordinários, que não se sujeitam ao teto. Eventual inclusão do auxílio emergencial dependeria substancialmente do corte de outras despesas. No cenário base, a folga no teto em 2021 é de apenas R\$ 2,9 bilhões e os gastos discricionários, de R\$ 104,3 bilhões, próximos, portanto, do que a IFI considera como seu patamar mínimo. Assim, cortes de gastos deveriam acontecer nas despesas obrigatórias. Nesse caso, a dificuldade viria da resistência em promover ajustes relevantes nessa parcela do gasto. O pagamento do benefício é provável, mas não há, pelo menos por enquanto, nenhuma proposta concreta ou indicativo de quais seriam as fontes de compensação.

**O IPCA elevado, em junho deste ano, favorecerá o cumprimento do teto de gastos em 2022.** Em junho de 2020, o IPCA acumulado em doze meses, índice que corrige o teto, ficou em apenas 2,1%, levando a um reajuste do teto de R\$ 31 bilhões. O reajuste de 2021 foi o menor desde a instituição do teto de gastos em 2016, enquanto a inflação encerrou o ano em patamar bem mais elevado, após período de aceleração. Assim, enquanto o teto foi corrigido por um percentual mais baixo, as despesas para 2021 serão influenciadas pela inflação do fim do ano passado, de 4,52%, medida pelo IPCA. Para 2022, a situação se inverte. A expectativa da IFI é que o IPCA atinja 6,2% no acumulado de doze meses até junho. O crescimento do teto para 2022 seria, portanto, de R\$ 91,9 bilhões, quase três vezes o crescimento de 2021. No nosso cenário base, o teto seria cumprido em 2022 com uma folga de R\$ 38,8 bilhões no fim do ano, mas os riscos permanecem presentes, como se discute a seguir.

**A avaliação de que o cenário para o teto de gastos melhorou inspira cuidados.** O cenário de cumprimento pressupõe forte ajuste em pessoal, que deve passar de 4,4% do PIB, em 2021, para 3,6% do PIB, em 2026. Ao mesmo tempo em que traz alívio para a perspectiva de cumprimento do teto de gastos, a contenção dos gastos com pessoal deve resultar em maior pressão por reajustes e concursos nos próximos anos. Essa observação é importante quando se analisa a perspectiva para o teto de gastos nos cenários da IFI. Como falamos anteriormente, a trajetória dos gastos com pessoal pressupõe crescimento de 3% entre 2021 e 2026, a título de crescimento vegetativo da folha, e só a partir de 2027 consideram-se reajustes também pela inflação. Em que medida esse menor crescimento (na comparação com a média histórica) será sustentável no horizonte preditivo da IFI, é um ponto que merecerá atenção em futuras revisões.

**O cenário para o teto de gastos pressupõe que o nível das despesas discricionárias permanecerá baixo pelo menos até 2025.** Ainda que as despesas obrigatórias, influenciadas por previdência e pessoal, apresentem tendência de crescimento mais favorável, as discricionárias continuarão tendo que contribuir para o ajuste requerido pelo teto de gastos. Na média, elas ficariam em 1,3% do PIB entre 2021 e 2026 (Gráfico 15). Em 2020, o grupo já havia atingido sua mínima histórica, 1,5% do PIB. De 2009 a 2019, a média foi de 2,3% do PIB.

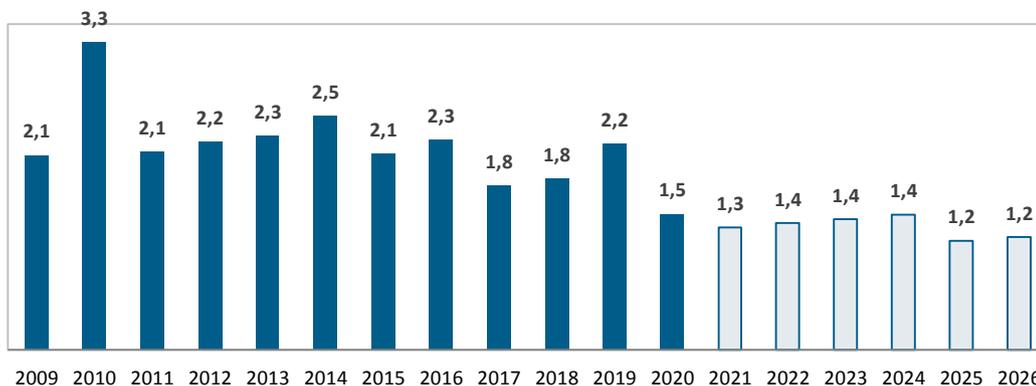
Importante ter claro o que representa um cenário muito restritivo para os gastos discricionários. Pouco espaço para investimentos em infraestrutura, dificuldade para cumprir o piso constitucional em saúde e necessidade de racionalizar custeio administrativo. Considerando-se que a necessidade de aumentar o investimento público é tema recorrente no

---

<sup>7</sup> Tabela 4 do Anexo IV da LDO 2021.

debate fiscal, a pressão por gastos dessa natureza também ajuda a qualificar o desafio para o cenário de cumprimento do teto de gastos nos próximos anos.

**GRÁFICO 15. GASTO DISCRICIONÁRIO (% DO PIB)**

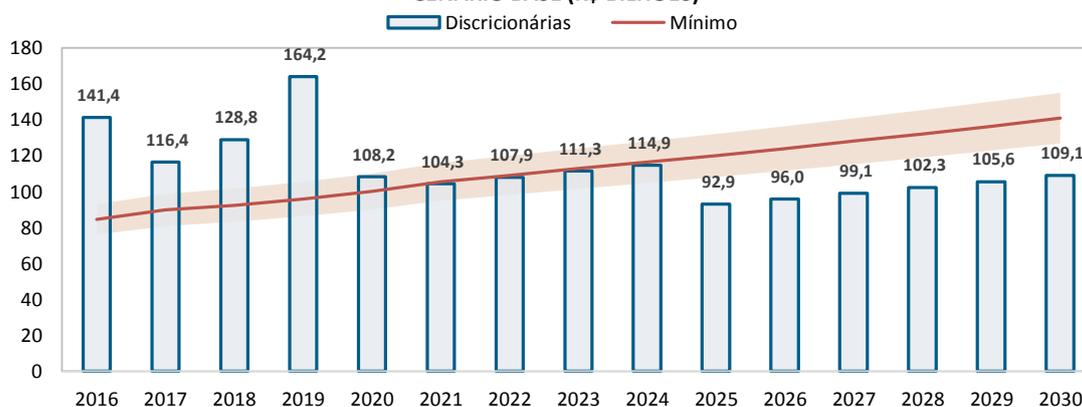


Fonte: Tesouro (2016 a 2020) e IFI (anos seguintes).

**Nesta revisão, risco de descumprimento do teto em 2021 passou de elevado para moderado.** Em síntese, é possível observar tendência de crescimento mais favorável nos gastos com pessoal e previdência e a remoção de algumas incertezas presentes em 2020. Os dados preliminares de execução de janeiro também apontam um quadro mais controlado para as despesas com previdência e pessoal. Esses fatores, combinados, nos dão segurança para que o risco de descumprimento do teto de gastos em 2021 seja percebido como moderado e não mais elevado, o que ainda suscita atenção. Vale dizer, a principal despesa nova a ser contratada, o provável novo auxílio emergencial, se fosse contabilizada dentro do teto, levaria ao seu rompimento, muito provavelmente.

No cenário base, o risco permanece moderado até 2024. Pelas novas projeções, nos próximos três anos, seria possível cumprir o teto, com risco moderado de rompimento (dentro do espectro: baixo, moderado e alto), desde que o gasto discricionário permanecesse perto do seu mínimo. De forma objetiva, nos nossos cenários, quando o gasto discricionário projetado se encontra entre 90% e 110% do gasto mínimo, o risco de descumprimento tende a ser classificado como moderado; abaixo de 90%, elevado; acima de 110%, baixo. Esse parâmetro mais objetivo costuma ser complementado com outras informações que nos permitem avaliar o quadro geral do teto de gastos em determinado exercício. Em novembro, por exemplo, as projeções indicavam que o teto poderia ser cumprido em 2021 com despesas discricionárias ligeiramente acima do patamar mínimo. Mas o contexto em que se discutia o orçamento de 2021 era tão permeado de pressões sobre o gasto primário que, na nossa avaliação, justificava considerar o risco de descumprimento do teto como elevado. O Gráfico 16 mostra que, a partir de 2025, o gasto discricionário deve passar a ficar abaixo dos 90% do patamar mínimo e, com isso, o risco de descumprimento do teto passa a ser elevado. No Gráfico 16, a faixa vermelha sombreada representa o intervalo de 90% a 110%.

**GRÁFICO 16. GASTOS DISCRICIONÁRIOS, NÍVEL MÍNIMO E INTERVALO DE 90% A 110% - CENÁRIO BASE (R\$ BILHÕES)**



Fonte: Tesouro (2016 a 2020) e IFI (anos seguintes).

### 2.2.3 Resultado primário

No cenário base, a IFI projeta déficit primário de R\$ 247,1 bilhões, ou 3,1% do PIB, em 2021 (Tabela 12). Como resultado das novas estimativas de receitas e despesas, o déficit primário de 2021 deve ficar em R\$ 247,1 bilhões, contra os R\$ 743,1 bilhões de 2020. A redução do déficit se deve principalmente ao recuo de R\$ 362,7 bilhões nos gastos obrigatórios, o que, por sua vez, está relacionado à redução dos gastos com o enfrentamento da pandemia. Mas o menor déficit também é explicado pela recuperação da receita primária, que deve crescer R\$ 129,4 bilhões no ano, ajudando a compensar os gastos novos, inclusive com o eventual novo auxílio emergencial.

**TABELA 12. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (R\$ BILHÕES)**

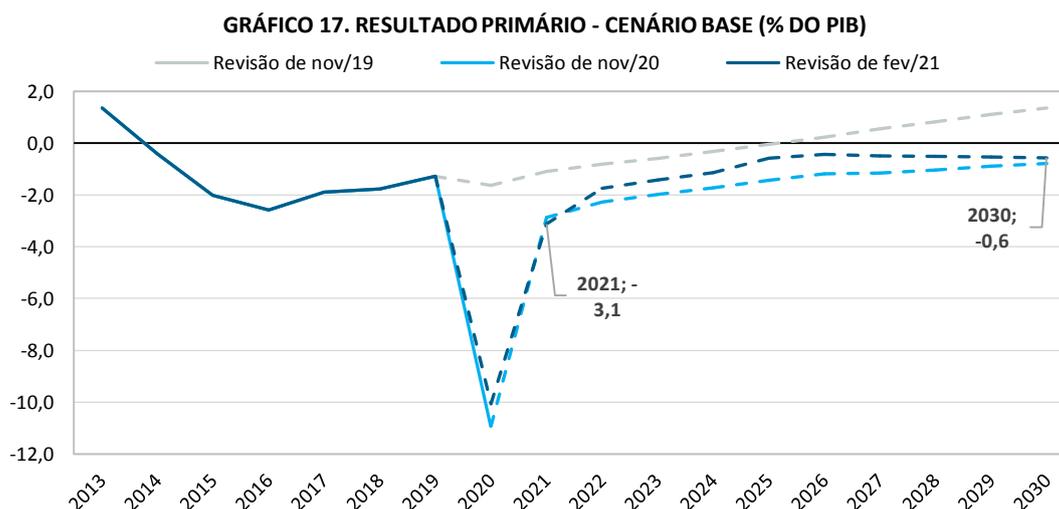
Discriminação	2020 Realizado		2021 Projeção IFI		Variação	
	R\$ bi	% PIB	R\$ bi	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Receita total	1.467,8	19,9	1.635,9	20,6	168,1	0,8
Transferências a E&M	263,8	3,6	302,6	3,8	38,7	0,2
Receita Líquida	1.203,9	16,3	1.333,3	16,8	129,4	0,5
Despesa Primária	1.947,0	26,4	1.580,4	19,9	-366,6	-6,4
Obrigatórias	1.838,8	24,9	1.476,1	18,6	-362,7	-6,3
Discricionárias (Executivo)	108,2	1,5	104,3	1,3	-3,9	-0,1
Resultado primário	-743,1	-10,1	-247,1	-3,1	496,0	6,9

Fonte: Tesouro (2020) e IFI (2021).

Na comparação com o cenário base de novembro, a projeção para o déficit primário de 2021 cresceu R\$ 28,9 bilhões, influenciada pela melhora na perspectiva de arrecadação e pela redução dos gastos discricionários, do lado positivo, e pela incorporação de novos gastos primários no enfrentamento da pandemia, do lado negativo.

No cenário base, não há expectativa de superávit primário até 2030. Apesar da piora na projeção de déficit primário, em 2021, por conta da incorporação de novos gastos com a pandemia, a trajetória do resultado primário para o período 2022 a 2030 não se alterou significativamente. Dado que as projeções de gastos ficaram relativamente estáveis, no seu

conjunto, a melhora na curva do déficit primário se deve basicamente à revisão das receitas, que, por sua vez, sofre influência das novas projeções para os parâmetros macroeconômicos. O cenário continua bastante negativo, indicando que o resultado primário seguirá deficitário até 2030, conforme o Gráfico 17. Vale dizer, há riscos concentrados na política de pessoal, pois a premissa assumida pela IFI, já explicitada, poderá não se verificar caso o congelamento de salários vigente até o fim de 2021 seja revisto para o próximo ano. Neste contexto, propostas como a PEC Emergencial têm sido discutidas para viabilizar o acionamento dos chamados gatilhos do teto de gastos.



Fonte: Tesouro (2013 a 2020) e IFI (anos seguintes).

A Tabela 13 consolida as projeções da IFI para o governo central no cenário base entre 2021 e 2030. O cenário mais benigno não leva em conta reajustes salariais ou eventuais processos de contratação para além dos previstos no Anexo V do PLOA de 2021, tampouco outros gastos que estão sendo debatidos, como a possível criação de um novo programa de transferência de renda ou outras medidas com impacto fiscal que não estejam garantidas por normativo ou ao menos decisão pública das autoridades competentes.

**TABELA 13. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% DO PIB)**

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Receita total</b>	<b>19,9</b>	<b>20,6</b>	<b>20,8</b>	<b>20,9</b>	<b>21,1</b>	<b>21,2</b>	<b>21,2</b>	<b>21,2</b>	<b>21,2</b>	<b>21,2</b>	<b>21,2</b>
<b>Transferências a E&amp;M</b>	<b>3,6</b>	<b>3,8</b>	<b>3,9</b>	<b>3,9</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>16,3</b>	<b>16,8</b>	<b>16,9</b>	<b>17,0</b>	<b>17,1</b>	<b>17,2</b>	<b>17,2</b>	<b>17,2</b>	<b>17,2</b>	<b>17,2</b>	<b>17,2</b>
<b>Despesa Primária</b>	<b>26,4</b>	<b>19,9</b>	<b>18,7</b>	<b>18,4</b>	<b>18,2</b>	<b>17,7</b>	<b>17,6</b>	<b>17,7</b>	<b>17,7</b>	<b>17,7</b>	<b>17,7</b>
Obrigatórias	24,9	18,6	17,4	17,2	17,0	16,8	16,7	16,8	16,8	16,9	16,9
Previdência	9,0	8,9	8,8	8,8	8,7	8,7	8,7	8,8	8,9	9,1	9,2
Pessoal	4,4	4,3	4,1	4,0	3,9	3,7	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6
Abono e Seguro	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Bolsa Família	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3
Demais obrigatórias	9,6	3,4	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,4	2,4
Discrecionárias (Executivo)	1,5	1,3	1,3	1,2	1,2	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8
<b>Resultado primário</b>	<b>-10,1</b>	<b>-3,1</b>	<b>-1,7</b>	<b>-1,4</b>	<b>-1,1</b>	<b>-0,6</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,6</b>
<b>PIB Nominal (R\$ bilhões)</b>	<b>7.387,1</b>	<b>7.926,2</b>	<b>8.458,2</b>	<b>8.971,2</b>	<b>9.514,7</b>	<b>10.104,9</b>	<b>10.731,6</b>	<b>11.397,2</b>	<b>12.104,1</b>	<b>12.854,8</b>	<b>13.652,1</b>

Fonte: Tesouro (2020) e IFI (anos seguintes).

Os cenários pessimista e otimista contemplam os riscos negativos e positivos que poderiam afetar as trajetórias previstas para as variáveis fiscais no cenário base. No contexto de crise pandêmica e econômica, a importância relativa do cenário pessimista aumenta. Nele prevê-se uma recuperação da economia de apenas 2,4% em 2021 e 1,3% entre 2022 e 2030. As Tabelas 22, 23 e 24, no fim do relatório, detalham as projeções da IFI para o resultado primário do governo central no cenário base e nos dois cenários alternativos.

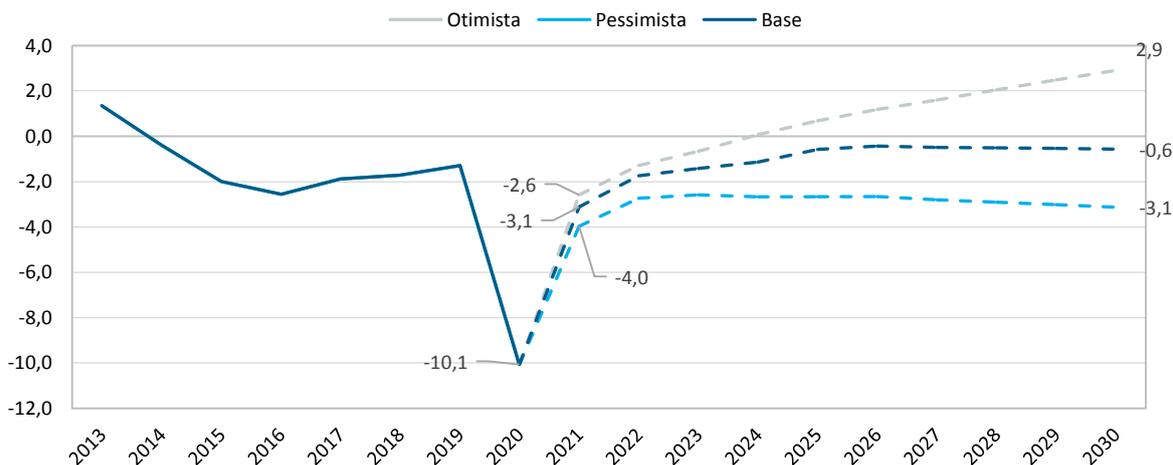
**A estimativa de déficit primário, no cenário pessimista, vai a 4,0% do PIB em 2021.** Quanto ao período de 2021 a 2030, as receitas líquidas projetadas devem ficar em uma média de 16,5% do PIB, abaixo dos 17,1% do PIB projetados no cenário base atual para o mesmo período. Já as despesas simuladas apresentam média de 19,4% do PIB, acima da média do cenário base, de 18,1% do PIB. Assim, o déficit primário estimado, no cenário pessimista, varia de 4,0% do PIB, em 2021, após o pico de 10,1%, em 2020, para 3,1% do PIB, em 2030.

**Em percentual do PIB, as despesas obrigatórias ficaram em patamar mais elevado no cenário pessimista.** O gasto obrigatório, após atingir o pico de 24,9% do PIB com as medidas de enfrentamento da pandemia, em 2020, se estabilizam em torno de 18% do PIB até 2025 para então voltar a crescer e se situar em patamar mais próximo a 19% do PIB. Nesse cenário, diferentemente do cenário base e do otimista, as despesas previdenciárias do RGPS cresceriam 1,6 p.p. do PIB, entre 2021 e 2030. Vale lembrar que as hipóteses para o reajuste do salário mínimo têm bastante peso na projeção dos gastos da previdência. Enquanto, no cenário base, a premissa é de crescimento real do salário mínimo pelo PIB defasado em dois anos a partir de 2027, no cenário pessimista, o aumento real começa se inicia em 2022. Os gastos com pessoal, por sua vez, caíram cerca de 0,5 p.p. do PIB ao longo do período. Nos cenários base e otimista, esse recuo é ainda maior, de 0,6 e 0,8 p.p. do PIB, respectivamente.

**Déficit primário estimado no cenário otimista vai a R\$ 206,0 bilhões ou 2,6% do PIB em 2021.** No cenário otimista, o superávit primário voltaria em 2024. Para o período de 2021 a 2030, as receitas líquidas são estimadas em 18,0% do PIB, pela média anual, cerca de 0,9 p.p. superiores às estimadas no cenário base. Do lado das despesas, a média anual projetada para o período é de 17,3% do PIB, inferior à média do cenário base em 0,8 p.p. do PIB. O resultado primário, no cenário otimista, fica positivo a partir de 2024, diferentemente do que ocorre nos atuais cenários base e pessimista, quando não há um horizonte claro para o alcance do superávit primário. Houve uma melhora, entre os cenários otimista de novembro e o atual, já que, naquela revisão, o superávit era atingido a partir de 2027.

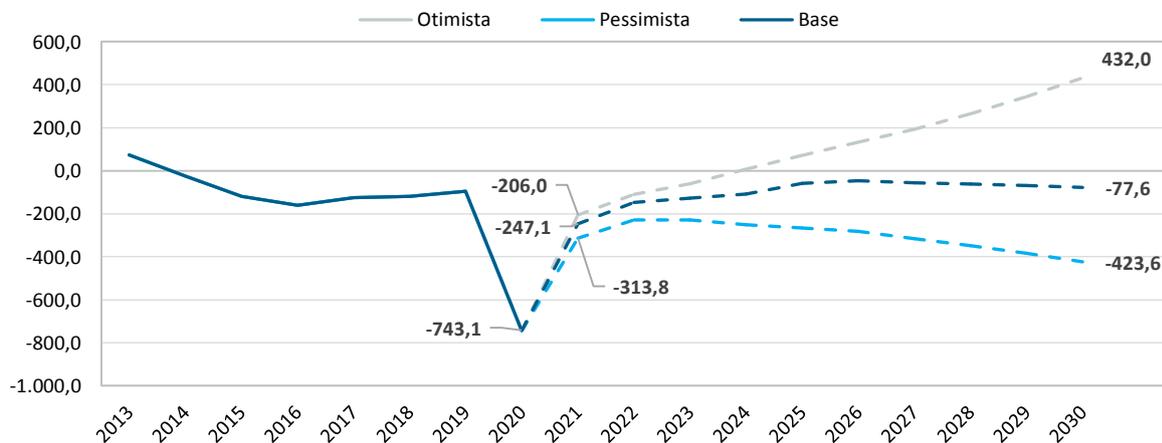
Nos Gráficos 18 e 19, comparam-se as curvas de déficit primário do governo central, nos três cenários atuais: base, otimista e pessimista, em reais e em percentual do PIB. A Tabela 23, ao final deste relatório, apresenta todos os números de 2021 a 2030 para o cenário otimista.

**GRÁFICO 18. RESULTADO PRIMÁRIO - CENÁRIOS IFI (% DO PIB)**



Fonte: Tesouro (2014 a 2020) e IFI (anos seguintes).

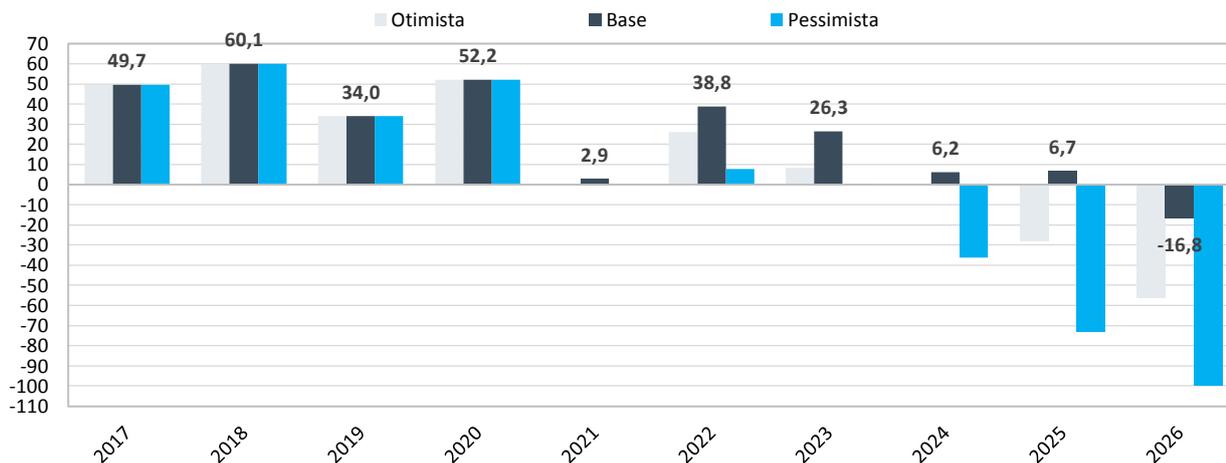
**GRÁFICO 19. RESULTADO PRIMÁRIO - CENÁRIOS IFI (R\$ BILHÕES)**



Fonte: Tesouro (2014 a 2020) e IFI (anos seguintes).

Nos cenários alternativos, o o risco de descumprimento do teto de gastos em 2021 também é moderado. As diferenças relevantes ocorrem a partir de 2022. No pessimista, o risco passa a ser elevado já em 2023; no otimista, em 2024. O fato de o risco ser maior no cenário otimista do que no cenário base parece contraintuitivo, mas se deve à menor projeção para a inflação medida pelo IPCA em contexto de gastos obrigatórios ainda pressionando a despesa. Vale reforçar que o cenário de cumprimento do teto, embora mais favorável nesta revisão em comparação com novembro, ainda se dá em contexto de gastos discricionários reduzidos e crescimento baixo das despesas com pessoal, o que deve manter a regra pressionada e pode repercutir negativamente na prestação de serviços públicos. O Gráfico 20 mostra a folga ou o excesso de despesas em relação ao teto de gastos nos três cenários preditivos da IFI.

**GRÁFICO 20. FOLGA (+) OU EXCESSO (-) DE DESPESAS - TETO DE GASTOS (R\$ BILHÕES)**



Fonte: Tesouro (2017 a 2020) e IFI (anos seguintes).

Por fim, a Tabela 14 traz um balanço de riscos e retorno do resultado primário à condição de superávit para os três cenários da IFI.

**TABELA 14. BALANÇO DE RISCOS E EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO**

Risco de descumprimento de teto de gastos*	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário Otimista	Moderado	Moderado	Moderado	Elevado	Elevado	Elevado	Elevado	Elevado	Elevado	Elevado
Cenário Base	Moderado	Moderado	Moderado	Moderado	Elevado	Elevado	Elevado	Elevado	Elevado	Elevado
Cenário Pessimista	Moderado	Moderado	Elevado	Elevado	Elevado	Elevado				
Risco de descumprimento/revisão da meta de resultado primário**	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário Otimista	Moderado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário Base	Moderado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cenário Pessimista	Moderado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado primário	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Cenário Otimista	DP	DP	DP	DP	SP	SP	SP	SP	SP	SP
Cenário Base	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP
Cenário Pessimista	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP	DP

Fonte: IFI.

\*O art. 108 do ADCT prevê a possibilidade de alteração do método de correção dos limites a partir do décimo ano do teto (2026), o que dificulta avaliar o risco de descumprimento para 2027 em diante.

\*\*Em seus cenários, a IFI considera existência de meta de resultado primário apenas para o ano corrente e, quando já há PLDO em tramitação, para o ano seguinte. Para o restante do período, as metas são apenas indicativas e, portanto, sensíveis a resultados fiscais ainda desconhecidos.

### 3. CENÁRIOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA

**Situação fiscal continua adversa e dívida mantém tendência de alta.** A presente seção apresenta os cálculos atualizados da IFI para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), conforme divulgada pelo Banco Central. Desde logo, é importante destacar que as perspectivas para a evolução da DBGG continuam muito negativas e não apontam estabilidade em relação ao PIB nos cenários base e pessimista. No cenário otimista, uma trajetória de queda se iniciaria em 2022. O desafio fiscal está cada vez mais concentrado no médio prazo, isto é, na capacidade do governo em anunciar medidas que efetivamente permitam recuperar a geração de superávits primários em tempo razoável.

**PIB nominal mais alto, em 2020, produziu uma relação dívida/PIB menor do que a esperada em novembro passado pela IFI.** Em 2020, a dívida ficou em patamar mais baixo do que o esperado pela IFI, sobretudo pelo PIB nominal mais elevado, como discutiremos a seguir. O dado do PIB de 2020 ainda não é conhecido, mas a incorporação, nas estimativas da IFI, da inflação mais alta e da taxa de queda real mais baixa elevou o PIB nominal considerado no cálculo da DBGG/PIB. Além disso, foram revisados os dados de anos anteriores. Na mesma direção, como discutido no Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de janeiro<sup>8</sup>, o Banco Central incorporou esses fatores nas planilhas de dívida pública<sup>9</sup>.

**Dívida/PIB foi revisada pelo Banco Central em razão das mudanças nas séries do IBGE.** Assim, a DBGG representou 74,3% do PIB, em 2019 (e não 75,8%, valor divulgado pelo Banco Central antes da revisão do PIB de 2020), e 89,3%, em 2020, conforme dado oficial do Banco Central. No caso da IFI, com o PIB nominal projetado neste momento, a dívida/PIB de 2020 teria sido de 89,6% do PIB. Essa discrepância será dissolvida quando o IBGE divulgar, em março, os dados fechados de 2020 para o PIB nominal. O fato principal é que as projeções apresentadas pela IFI, em novembro de 2020, indicavam nível mais elevado para 2020, sobretudo por este efeito do PIB nominal, que acabou sendo ajustado para cima com a mudança metodológica promovida pelo IBGE, a queda real menor do PIB e um deflator mais alto (em razão da inflação mais pressionada no curto prazo).

**Projeção para a dívida, em termos nominais, ficou próxima do dado realizado.** Em novembro de 2020, projetávamos 93,1% do PIB para a DBGG. Em janeiro, incorporando a questão descrita acima, o número foi revisado para 90,1%, bem próximo do valor realizado já mencionado. Para os anos à frente, este ponto de partida mais baixo é uma variável central, como mostraremos. No entanto, a trajetória de alta se mantém, nos cenários base e pessimista, até 2030. Vale registrar que a estimativa de novembro da IFI estava bastante próxima do dado realizado da dívida bruta, em termos nominais, tendo sido a questão do PIB o principal fator a explicar as diferenças entre as projeções e o dado realizado, como já mencionado. A DBGG, em 2020, totalizou R\$ 6,62 trilhões, enquanto a projeção da IFI indicava R\$ 6,64 trilhões.

#### 3.1 Cenário base

**A dívida bruta deve terminar 2021 em 92,7% do PIB no cenário base.** No RAF de novembro de 2020, a dívida bruta alcançaria 96,2% do PIB, em 2021, depois de atingir 93,1% em 2020. Nesta revisão, a partir de um nível de 89,6%, em 2020, a dívida deve subir para 92,7% do PIB, alta expressiva, de 3,1 p.p. do PIB. O PIB nominal mais alto, antes estimado em R\$ 7.606,7 bilhões (RAF de novembro de 2020), agora é calculado pela IFI em R\$ 7.926,2 bilhões.

---

<sup>8</sup> Acesse aqui o RAF de janeiro de 2021 –

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/583296/RAF48\\_JAN2021.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/583296/RAF48_JAN2021.pdf)

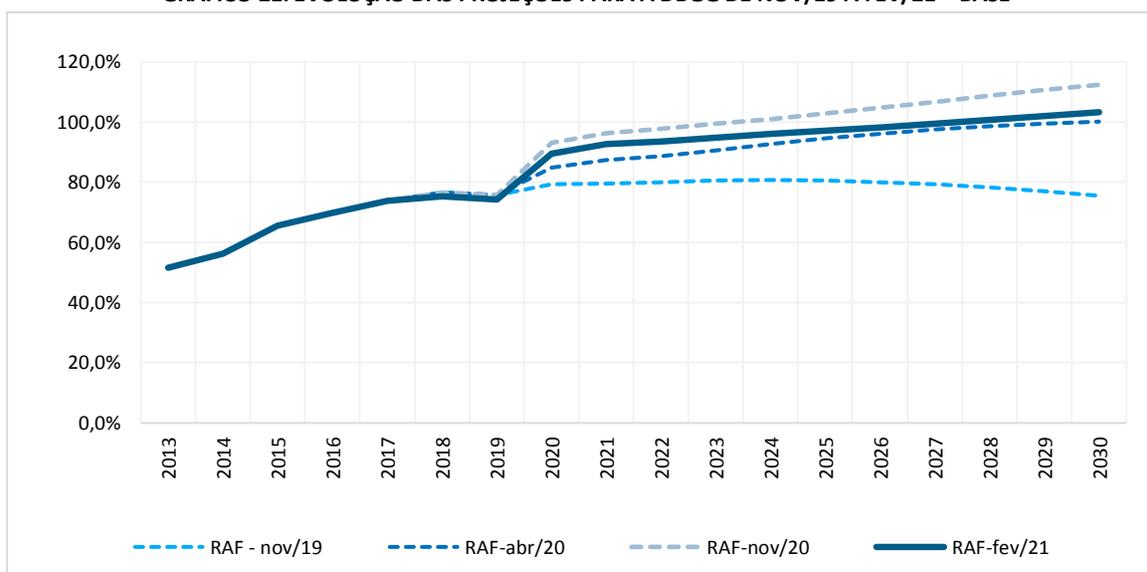
<sup>9</sup> Acesse aqui os dados de dívida/PIB publicado pelo Banco Central –

[https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas\\_especiais/Divggnp.xls](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/Divggnp.xls)

**Déficit nominal do setor público deve totalizar R\$ 578 bilhões em 2021.** O déficit do setor público consolidado também sofreu revisão importante, entre o RAF de novembro e o atual, compensando parte do efeito baixista produzido pelo PIB nominal mais elevado na relação dívida/PIB. Somando-se o resultado do governo central (apresentado na seção anterior) aos resultados esperados para os governos regionais e as estatais, o déficit primário do setor público consolidado deve encerrar 2021 em R\$ 231,1 bilhões (2,9% do PIB), abaixo dos R\$ 703 bilhões (9,5% do PIB) de 2020, mas ainda um resultado bastante negativo. Em novembro, projetávamos déficit primário de R\$ 207,2 bilhões para 2021. Ao déficit primário, agrega-se a despesa de juros, estimada em R\$ 346,9 bilhões (4,4% do PIB), totalizando projeção de R\$ 578 bilhões (7,3% do PIB) de déficit nominal para o setor público consolidado em 2021.

**No cenário base, a dívida bruta atingirá 100% do PIB, entre 2027 e 2028, e não alcançará as condições de sustentabilidade até 2030.** Para o período de 2022 a 2030, a dívida bruta seguirá crescendo em relação ao PIB, saltando de 93,5%, em 2022, para 103,4% do PIB em 2030. O nível crítico de 100% seria atingido entre 2027 e 2028. Cabe observar que, em relação ao cenário apresentado em novembro passado, a trajetória para a próxima década melhorou, mas continua marcada por um crescimento contínuo, sem horizonte de restauração das condições de sustentabilidade. Dito de outra forma, nosso cenário segue apontando dívida crescente por tempo indeterminado (Gráfico 21).

**GRÁFICO 21. EVOLUÇÃO DAS PROJEÇÕES PARA A DBGG DE NOV/19 A FEV/21 – BASE**



Fonte: IFI.

**Desde abril de 2020, todas as curvas projetadas não contemplam um horizonte de estabilidade para a dívida/PIB no cenário base.** Como se vê pelo Gráfico 21, desde que a IFI revisou, em abril de 2020, suas projeções, já sob efeito da crise da covid-19, a curva de dívida projetada no cenário base sofreu uma mudança estrutural. Basicamente, os impactos permanentes causados pelo ano de 2020 sobre a trajetória até 2030 não são neutralizados e a estabilidade em relação ao PIB não é mais alcançada. Para tanto, seria preciso adotar um conjunto de medidas que permitissem recuperar o superávit primário em um horizonte de médio prazo. Isso dependeria de ações do lado das despesas e/ou das receitas, que pudessem, dadas as projeções de PIB, reequilibrar o endividamento em relação ao PIB. Para uma consulta a todos os cenários traçados pela IFI, desde fevereiro de 2017, ver as Tabelas 19, 20 e 21, no fim desta seção.

**PIB nominal mais alto deslocou projeções para baixo, mas com crescimento contínuo até 2030.** Na Tabela 15, é possível observar os fatores condicionantes das projeções de dívida/PIB, no cenário base, para a média de 2020 a 2030, tomando-se as médias dos indicadores selecionados para este período (incluindo o dado realizado de 2020). Em relação ao cenário base apresentado em novembro passado, o déficit primário médio projetado para o período passou de R\$ 197,5 bilhões para R\$ 154,6 bilhões ao ano. Já o PIB nominal passou de R\$ 9.988 bilhões para R\$ 10.282 bilhões. O crescimento médio anual do PIB oscilou de 1,7% para 1,8%, com juros reais avançando de 2,0% a 2,3% ao ano, sempre na média anual entre 2020 e 2030. Dito de outra forma, o aumento do PIB nominal esperado para o período explica boa parte do deslocamento para baixo na curva de projeções da dívida bruta/PIB entre o quadro de novembro passado e o atual.

**TABELA 15. PREMISSAS RELEVANTES PARA O CENÁRIO BASE DA DBGG/PIB – MÉDIAS DE 2020 A 2030**

	Cenário base					
	nov/19	abr/20	mai/20*	jun/20*	nov/20	fev/21
Resultado primário (R\$ bilhões)	33,7	-188,1	-255,8	-287,2	-197,5	-154,6
PIB nominal (R\$ bilhões)	10.626	10.186	10.186	9.639	9.988	10.282
Crescimento real do PIB (%)	2,3%	1,9%	1,9%	1,5%	1,7%	1,8%
Taxa de juros reais (%)	3,0%	2,8%	2,8%	2,5%	2,0%	2,3%

\* Para ver as projeções de dívida em todos os cenários, checar as Tabelas 19, 20 e 21.

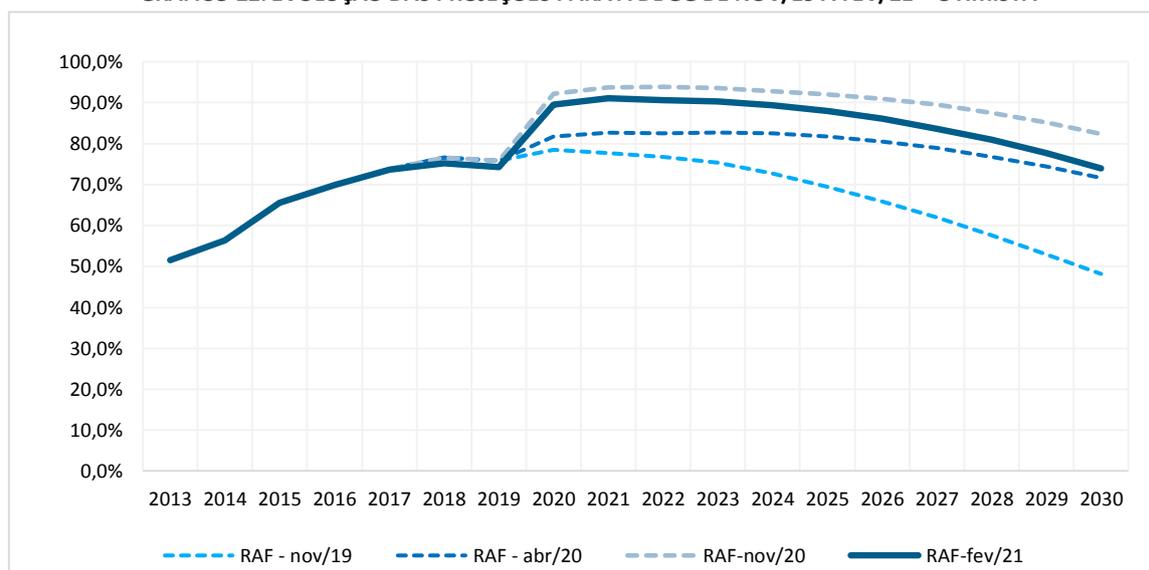
Fonte: IFI.

**O déficit primário do setor público não será zerado, pelo menos, até 2030, e o déficit nominal seguirá pressionado.** Particularmente, sobre o resultado primário do setor público consolidado, segregado em déficit primário e pagamento de juros, é possível analisar a evolução prospectiva na Tabela 18, no fim desta seção. O déficit primário passará de 2,9% do PIB, em 2021, para 0,6% do PIB, em 2030, sem voltar ao campo positivo. O déficit nominal deverá passar de 13,8% do PIB, em 2020, para 7,3%, em 2021, convergindo a 6,6% do PIB, até 2030, após diminuir a 5,6% do PIB em 2022. O déficit nominal volta a crescer sob a influência do aumento dos juros. A saber, a Selic deve subir de 2% ao ano, em 2020, para 7%, em 2025, permanecendo neste nível até 2030. As despesas com juros, por sua vez, passariam de 4,2% do PIB, em 2020, para 6% do PIB, em 2030.

### 3.2 Cenário otimista

**No cenário otimista, a dívida/PIB alcançaria as condições de sustentabilidade entre 2021 e 2022.** O cenário otimista da IFI contempla um quadro macroeconômico melhor do que o cenário base e este é o principal vetor a explicar a trajetória para a dívida/PIB apresentada a seguir. Em relação às simulações do cenário otimista do RAF de novembro de 2020, houve um deslocamento para baixo, mas mantendo-se o formato da curva. As projeções do atual cenário otimista indicam que a dívida bruta crescerá a 91% do PIB, em 2021, para então iniciar leve queda, em 2022, indicando alcance das condições de sustentabilidade. Até 2030, haveria uma redução da DBGG a 74% do PIB. O Gráfico 22 apresenta a trajetória atual comparada às anteriores do cenário otimista da IFI.

**GRÁFICO 22. EVOLUÇÃO DAS PROJEÇÕES PARA A DBGG DE NOV/19 A FEV/21 – OTIMISTA**



Fonte: IFI.

**Previsão de superávit primário para o setor público melhora projeções do cenário otimista.** A Tabela 16, a seguir, contém as médias anuais, de 2020 a 2030, para os principais fatores condicionantes dos diferentes cenários otimistas apresentados pela IFI, desde novembro de 2019 (pré-crise da covid-19). Entre novembro de 2020 e agora, a projeção de déficit primário médio passou de R\$ 42,5 bilhões a um superávit de R\$ 42,2 bilhões ao ano. Também o PIB nominal passou de R\$ 10.594 bilhões para R\$ 10.746 bilhões ao ano.

**TABELA 16. PREMISSAS RELEVANTES PARA O CENÁRIO OTIMISTA DA DBGG/PIB – MÉDIAS DE 2020 A 2030**

	Cenário otimista				
	nov/19	abr/20	jun/20*	nov/20	fev/21
Resultado primário (R\$ bilhões)	176,1	-29,7	-74,8	-42,5	42,2
PIB nominal (R\$ bilhões)	11.141	11.002	10.352	10.594	10.746
Crescimento real do PIB (%)	3,3%	3,2%	2,7%	2,8%	2,8%
Taxa de juros reais (%)	2,2%	2,3%	2,1%	1,7%	1,9%

\* Para ver as projeções de dívida em todos os cenários, checar as Tabelas 19, 20 e 21.

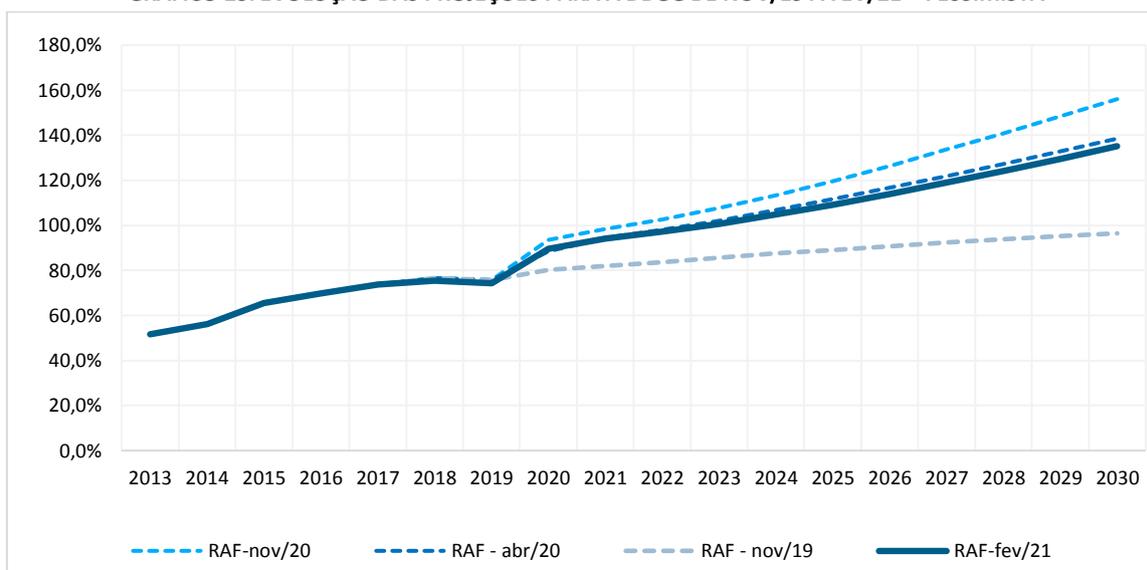
Fonte: IFI.

**No cenário otimista, o setor público voltaria a ter superávit primário em 2024.** Na Tabela 18, no fim desta seção, constam as projeções, ano a ano, para os três cenários, dos resultados primário e nominal do setor público. No cenário otimista, a recuperação do superávit primário aconteceria mais rapidamente, em razão da alta das receitas e da correção do teto de gastos por uma inflação mais baixa, permitindo maior esforço fiscal em menor prazo, no âmbito do governo central, em relação aos cenários base e pessimista. O déficit primário do setor público, no cenário otimista, sairia de 2,4% do PIB, em 2021, para um superávit de 0,2% do PIB, em 2024, aumentando a 3% do PIB até 2030. O déficit nominal ficaria mais baixo em relação ao base, convergindo a níveis inferiores a 1% do PIB até 2030, influenciado pela trajetória do primário e do pagamento de juros.

### 3.3 Cenário pessimista

**Dívida bruta atingirá 100% do PIB entre 2022 e 2023.** O cenário pessimista da IFI contempla, como discutido na seção anterior, uma trajetória mais pressionada para os gastos com previdência, além dos parâmetros macroeconômicos menos favoráveis. O crescimento econômico mais baixo influencia as receitas e dificulta a redução do déficit primário. No atual cenário pessimista, em 2030, a dívida/PIB chegaria a 135,2% do PIB. Antes, na versão do cenário pessimista de novembro passado, a dívida atingiria 156% do PIB em 2030. Ainda, entre 2022 e 2023, seria alcançado o nível de 100% do PIB, conforme Gráfico 23. Explicaremos, em seguida, os fatores condicionantes da nova trajetória.

**GRÁFICO 23. EVOLUÇÃO DAS PROJEÇÕES PARA A DBGG DE NOV/19 A FEV/21 – PESSIMISTA**



Fonte: IFI.

**PIB nominal mais alto e juros mais baixos explicam melhora da trajetória do cenário pessimista, mas ainda sob uma tendência acelerada de alta.** Dentre os principais fatores condicionantes das projeções para a dívida, no cenário pessimista, destaca-se a manutenção de um déficit primário médio anual elevado, entre 2020 e 2030, com uma variação pequena em relação ao esperado em novembro passado, de R\$ 340,3 bilhões para R\$ 337,2 bilhões ao ano. Por outro lado, o PIB nominal médio anual passou de R\$ 9.944 bilhões para R\$ 10.181 bilhões na comparação entre o RAF de novembro de 2020 e o quadro atual. Os juros reais ficaram 0,4 p.p. mais baixos, o que, ao lado do PIB nominal mais alto, ajuda a explicar a melhora da trajetória esperada no cenário pessimista atual em relação ao de novembro. Vale destacar que a tendência continua a ser de crescimento expressivo, sem horizonte para o alcance das condições de sustentabilidade.

**TABELA 17. PREMISSAS RELEVANTES PARA O CENÁRIO PESSIMISTA DA DBGG/PIB – MÉDIAS DE 2020 A 2030**

	Cenário pessimista				
	nov/19	abr/20	jun/20*	nov/20	fev/21
Resultado primário (R\$ bilhões)	17	-314,4	-499,7	-340,3	-337,2
PIB nominal (R\$ bilhões)	10.861	9.253	8.755	9.944	10.181
Crescimento real do PIB (%)	1,3%	0,5%	0,2%	0,8%	0,9%
Taxa de juros reais (%)	4,6%	3,7%	3,6%	3,9%	3,5%

\* Para ver as projeções de dívida em todos os cenários, checar as Tabelas 19, 20 e 21.

Fonte: IFI.

**Déficit primário persiste em níveis elevados, no cenário pessimista, até 2030, e riscos de gastos novos devem ser mapeados.** Na Tabela 18, é possível ver que o déficit primário do setor público consolidado, no cenário pessimista, continuaria elevado ao longo de todo o período de projeção. O déficit sairia de 3,8% do PIB, em 2021, para 3,1% em 2030. As despesas de juros também ficam em patamar mais alto do que nos cenários base e otimista. Na média de 2020 a 2030, o déficit primário do setor público ficaria em 6,8% do PIB. Os riscos do cenário pessimista são bastante claros e devem ser acompanhados com cautela, a exemplo dos gastos com pessoal e de previdência, ainda que o peso do cenário macroeconômico seja elevado na explicação da evolução das variáveis fiscais, sobretudo em um contexto de alta rigidez orçamentária, que torna o resultado primário bastante susceptível à evolução das receitas.

**TABELA 18. DÉFICIT NOMINAL DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO E PAGAMENTO DE JUROS (% DO PIB)**

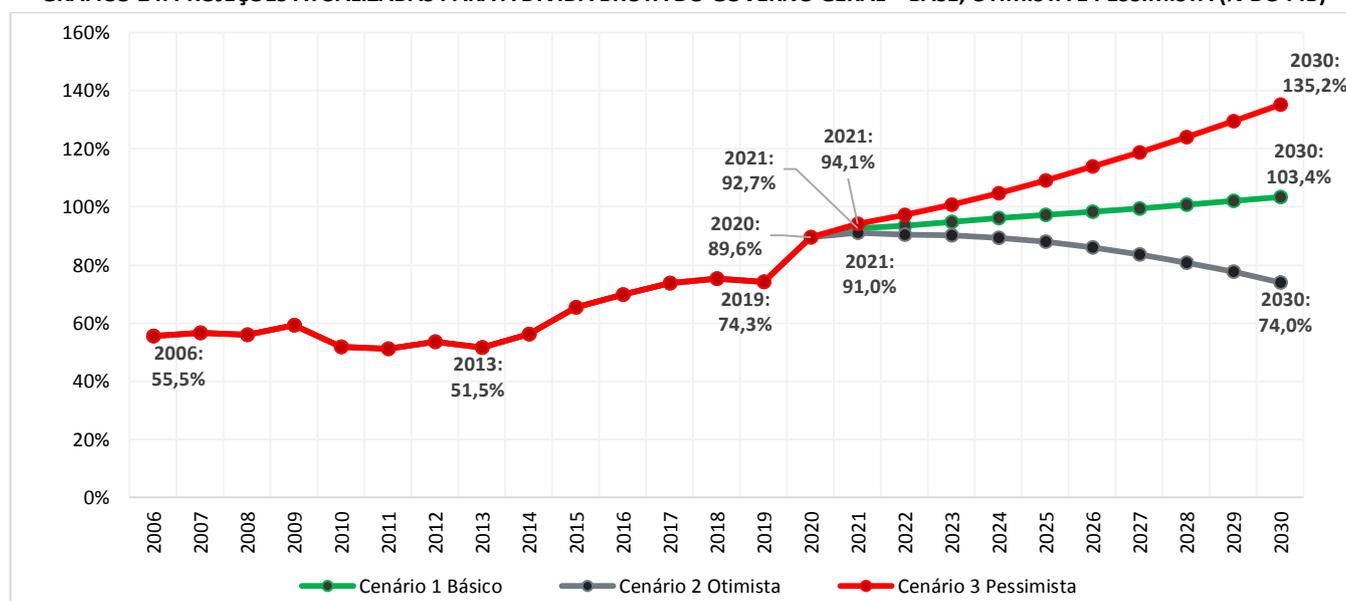
	Base			Otimista			Pessimista		
	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros
2018	-6,96%	-1,55%	5,41%	-6,96%	-1,55%	5,41%	-6,96%	-1,55%	5,41%
2019	-5,79%	-0,84%	4,96%	-5,79%	-0,84%	4,96%	-5,79%	-0,84%	4,96%
2020	-13,75%	-9,52%	4,23%	-13,75%	-9,52%	4,23%	-13,75%	-9,52%	4,23%
2021	-7,29%	-2,92%	4,38%	-6,10%	-2,35%	3,76%	-8,51%	-3,81%	4,70%
2022	-5,61%	-1,66%	3,95%	-4,50%	-1,15%	3,35%	-7,35%	-2,66%	4,69%
2023	-5,69%	-1,38%	4,31%	-4,65%	-0,55%	4,09%	-7,91%	-2,54%	5,37%
2024	-5,92%	-1,14%	4,78%	-4,21%	0,16%	4,37%	-8,91%	-2,65%	6,26%
2025	-5,77%	-0,60%	5,18%	-3,66%	0,76%	4,42%	-9,68%	-2,65%	7,03%
2026	-5,89%	-0,47%	5,42%	-3,10%	1,25%	4,36%	-10,24%	-2,64%	7,60%
2027	-6,11%	-0,53%	5,59%	-2,60%	1,67%	4,26%	-10,89%	-2,79%	8,11%
2028	-6,28%	-0,55%	5,73%	-2,02%	2,11%	4,14%	-11,44%	-2,89%	8,55%
2029	-6,44%	-0,58%	5,86%	-1,44%	2,54%	3,98%	-12,00%	-3,00%	9,00%
2030	-6,61%	-0,61%	6,00%	-0,83%	2,96%	3,79%	-12,58%	-3,12%	9,46%
<b>Média - 2020 a 2030</b>	<b>-6,9%</b>	<b>-1,8%</b>	<b>5,0%</b>	<b>-4,3%</b>	<b>-0,2%</b>	<b>4,1%</b>	<b>-10,3%</b>	<b>-3,5%</b>	<b>6,8%</b>

Fonte: IFI.

Por fim, no Gráfico 24, apresentam-se os três cenários – base, otimista e pessimista – atuais. A tendência de alta da dívida permanece no cenário base, como já discutido, ainda que convergindo a níveis mais baixos do que os projetados em novembro de 2020. No cenário pessimista, a alta mais intensa do indicador dívida/PIB refletiria um quadro mais pressionado de despesas e de persistência de déficits primários elevados, cuja probabilidade é vista pela IFI como elevada, ainda que o cenário base seja o mais provável. O cenário otimista continua a ser o menos provável, mas precifica

a possibilidade de alcançar as condições de sustentabilidade em menor prazo, sobretudo em razão de um eventual cenário de maior crescimento econômico e controle de gastos públicos.

**GRÁFICO 24. PROJEÇÕES ATUALIZADAS PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL – BASE, OTIMISTA E PESSIMISTA (% DO PIB)**



Fonte: IFI.

**TABELA 19. HISTÓRICO DE PROJEÇÕES PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL – BASE (% DO PIB)**

	RAF - fev/17	RAF - jun/17	RAF - set/17	RAF - out/17	RAF - fev/18	RAF - ago/18	RAF - nov/18	RAF - mar/19	RAF - nov/19	RAF - abr/20	RAF - mai/20	RAF - jun/20	RAF - nov/20	RAF - fev/21
2017	76,9	76,2	76,3	76,2	74,0	74,0	74,0	74,1	73,7	73,7	73,7	73,7	73,7	73,7
2018	80,2	80,7	79,8	79,3	75,8	76,34	76,0	77,2	76,5	76,5	76,5	76,5	76,5	75,3
2019	82,4	83,9	83,0	82,5	78,7	78,5	77,8	79,6	75,8	75,8	75,8	75,8	75,8	74,3
2020	82,8	87,1	86,5	86,0	81,2	80,5	79,7	81,0	79,3	84,9	86,6	96,1	93,1	89,6
2021	84,3	89,3	89,1	88,6	83,5	82,2	81,0	82,1	79,5	87,3	90,2	98,6	96,2	92,7
2022		91,5	91,7	91,3	85,3	83,5	82,1	83,5	80,0	88,7	92,1	100,3	97,7	93,5
2023		92,4	92,9	92,7	86,6	84,1	82,7	84,6	80,6	90,5	94,8	102,2	99,4	94,7
2024		92,3	93,3	93,3	86,5	84,1	82,7	85,3	80,7	92,7	97,6	104,7	100,9	96,2
2025		91,4	93,3	93,5	85,8	83,3	82,0	85,5	80,5	94,5	99,9	107,5	102,8	97,2
2026		90,6	92,5	92,7	84,5	81,9	80,7	85,2	80,0	96,1	101,9	110,0	104,8	98,2
2027		88,9	91,2	91,6	82,9	80,0	78,9	84,6	79,3	97,5	103,7	112,4	106,8	99,4
2028		87,1	90,0	90,5	81,3	78,2	77,3	84,3	78,3	98,6	105,2	114,4	108,8	100,7
2029		84,3	87,7	88,5	78,9	75,3	74,7	83,3	77,0	99,5	106,6	116,1	110,6	102,0
2030		81,5	85,5	86,6	76,7	72,6	72,2	82,6	75,5	100,2	107,7	117,6	112,4	103,4

Fonte: IFI.

**TABELA 20. HISTÓRICO DE PROJEÇÕES PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL – OTIMISTA (% DO PIB)**

	RAF - fev/17	RAF - jun/17	RAF - set/17	RAF - out/17	RAF - fev/18	RAF - ago/18	RAF - nov/18	RAF - mar/19	RAF - nov/19	RAF - abr/20	RAF - mai/20	RAF - jun/20	RAF - nov/20	RAF - fev/21
2017		75,7%		75,9%	74,0%	74,0%	74,0%	74,1%	73,7%	73,7%		73,7%	73,7%	73,7%
2018		79,2%		78,0%	75,0%	76,25%	75,8%	77,2%	76,5%	76,5%		76,5%	76,5%	75,3%
2019		81,5%		79,7%	76,6%	77,1%	76,2%	78,8%	75,8%	75,8%		75,8%	75,8%	74,3%
2020		83,4%		81,3%	77,1%	77,8%	76,4%	79,4%	78,5%	81,8%		92,2%	92,2%	89,6%
2021		83,9%		81,7%	76,8%	77,4%	76,0%	79,7%	77,7%	82,6%		92,4%	93,7%	91,0%
2022		84,6%		82,1%	75,7%	76,3%	74,8%	79,6%	76,7%	82,6%		92,0%	93,9%	90,5%
2023		83,3%		80,9%	73,9%	74,5%	72,9%	79,0%	75,4%	82,7%		92,1%	93,5%	90,3%
2024		81,0%		78,8%	70,7%	71,2%	69,6%	77,2%	72,7%	82,5%		92,0%	92,9%	89,4%
2025		77,6%		75,6%	66,8%	67,2%	65,7%	74,7%	69,5%	81,8%		91,3%	92,1%	88,0%
2026		74,2%		72,4%	62,1%	62,4%	61,0%	71,7%	65,8%	80,5%		90,1%	91,0%	86,0%
2027		69,7%		68,1%	57,0%	57,1%	55,9%	68,4%	61,9%	78,9%		88,6%	89,5%	83,7%
2028		65,1%		63,9%	52,0%	51,9%	50,9%	65,3%	57,6%	76,8%		86,4%	87,6%	80,9%
2029		59,4%		58,6%	46,0%	45,7%	45,1%	61,4%	53,0%	74,4%		83,8%	85,2%	77,7%
2030		53,6%		53,3%	40,1%	39,7%	39,4%	58,0%	48,2%	71,7%		80,8%	82,4%	74,0%

Fonte: IFI.

**TABELA 21. HISTÓRICO DE PROJEÇÕES PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL – PESSIMISTA (% DO PIB)**

	RAF - fev/17	RAF - jun/17	RAF - set/17	RAF - out/17	RAF - fev/18	RAF - ago/18	RAF - nov/18	RAF - mar/19	RAF - nov/19	RAF - abr/20	RAF - mai/20	RAF - jun/20	RAF - nov/20	RAF - fev/21
2017		76,9%		76,8%	74,0%	74,0%	74,0%	74,1%	73,7%	73,7%		73,7%	73,7%	73,7%
2018		83,9%		82,3%	77,0%	76,75%	76,4%	77,2%	76,5%	76,5%		76,5%	76,5%	75,3%
2019		89,1%		88,3%	81,6%	80,2%	79,2%	80,2%	75,8%	75,8%		75,8%	75,8%	74,3%
2020		94,4%		94,8%	85,7%	83,8%	82,3%	82,6%	80,3%	88,5%		101,3%	93,6%	89,6%
2021		99,0%		100,6%	90,2%	87,2%	85,6%	86,1%	81,9%	94,4%		108,8%	98,4%	94,1%
2022		103,9%		106,9%	94,9%	90,8%	88,8%	89,7%	83,7%	98,1%		113,5%	102,5%	97,2%
2023		107,8%		112,1%	99,4%	94,0%	91,6%	92,9%	85,7%	102,1%		119,4%	107,7%	100,6%
2024		110,9%		116,6%	102,5%	96,5%	93,8%	95,6%	87,4%	106,7%		126,2%	113,3%	104,7%
2025		113,4%		120,5%	105,2%	98,5%	95,6%	98,1%	89,1%	111,5%		133,8%	119,7%	109,2%
2026		116,3%		124,8%	107,5%	99,9%	96,8%	100,0%	90,7%	116,6%		142,0%	126,5%	113,8%
2027		118,5%		128,4%	109,7%	101,0%	97,8%	102,0%	92,3%	121,9%		150,5%	133,6%	118,8%
2028		121,0%		132,5%	112,2%	102,2%	99,0%	104,2%	93,8%	127,3%		158,9%	140,9%	124,1%
2029		122,6%		135,9%	114,1%	102,5%	99,4%	106,0%	95,2%	132,8%		167,4%	148,3%	129,5%
2030		124,5%		139,7%	116,4%	102,9%	100,0%	108,1%	96,4%	138,5%		176,0%	156,0%	135,2%

Fonte: IFI.

**Tabelas fiscais**
**TABELA 22. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% do PIB)**

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Receita Bruta</b>	<b>19,87</b>	<b>20,64</b>	<b>20,83</b>	<b>20,94</b>	<b>21,05</b>	<b>21,17</b>	<b>21,17</b>	<b>21,20</b>	<b>21,21</b>	<b>21,22</b>	<b>21,22</b>
<b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b>	<b>3,57</b>	<b>3,82</b>	<b>3,89</b>	<b>3,93</b>	<b>3,97</b>	<b>4,01</b>	<b>4,01</b>	<b>4,03</b>	<b>4,04</b>	<b>4,04</b>	<b>4,05</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>16,30</b>	<b>16,82</b>	<b>16,94</b>	<b>17,01</b>	<b>17,09</b>	<b>17,17</b>	<b>17,16</b>	<b>17,18</b>	<b>17,18</b>	<b>17,18</b>	<b>17,17</b>
<b>Despesa Primária</b>	<b>26,36</b>	<b>19,94</b>	<b>18,68</b>	<b>18,43</b>	<b>18,22</b>	<b>17,75</b>	<b>17,59</b>	<b>17,67</b>	<b>17,69</b>	<b>17,71</b>	<b>17,74</b>
<b>Obrigatórias</b>	<b>24,89</b>	<b>18,62</b>	<b>17,41</b>	<b>17,19</b>	<b>17,02</b>	<b>16,83</b>	<b>16,70</b>	<b>16,80</b>	<b>16,84</b>	<b>16,89</b>	<b>16,94</b>
Benefícios previdenciários	8,99	8,89	8,77	8,75	8,74	8,71	8,67	8,81	8,93	9,06	9,18
Pessoal e encargos sociais	4,35	4,27	4,08	3,96	3,85	3,73	3,62	3,62	3,63	3,63	3,63
Abono e Seguro desemprego	0,81	0,77	0,75	0,73	0,71	0,69	0,67	0,65	0,63	0,61	0,59
Abono salarial	0,27	0,24	0,24	0,23	0,22	0,22	0,21	0,20	0,20	0,19	0,19
Seguro desemprego	0,54	0,53	0,51	0,50	0,48	0,47	0,46	0,44	0,43	0,42	0,40
BPC	0,85	0,84	0,84	0,83	0,83	0,83	0,82	0,82	0,81	0,81	0,80
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,13	0,12	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,20	0,25	0,31	0,35	0,39	0,43	0,54	0,59	0,59	0,59	0,59
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,13	0,12	0,12	0,12	0,11
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,31	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26
Subsídios e Subvenções	0,28	0,18	0,17	0,17	0,16	0,16	0,15	0,15	0,15	0,14	0,14
Demais obrigatórias	8,83	2,90	2,05	2,00	1,94	1,89	1,83	1,78	1,73	1,68	1,63
sem Controle de Fluxo	7,02	0,98	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12	0,12	0,11
com Controle de Fluxo	1,81	1,92	1,89	1,85	1,80	1,75	1,70	1,65	1,61	1,56	1,52
dos quais Bolsa Família	0,26	0,44	0,43	0,42	0,41	0,39	0,38	0,37	0,36	0,35	0,34
<b>Discrecionárias do Poder Executivo</b>	<b>1,46</b>	<b>1,32</b>	<b>1,28</b>	<b>1,24</b>	<b>1,21</b>	<b>0,92</b>	<b>0,89</b>	<b>0,87</b>	<b>0,85</b>	<b>0,82</b>	<b>0,80</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>-10,06</b>	<b>-3,12</b>	<b>-1,74</b>	<b>-1,42</b>	<b>-1,14</b>	<b>-0,58</b>	<b>-0,43</b>	<b>-0,49</b>	<b>-0,51</b>	<b>-0,53</b>	<b>-0,57</b>
<b>Memo:</b>											
Gastos com a Covid-19	7,05	0,81	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>PIB nominal (R\$ bilhões)</b>	<b>7387,05</b>	<b>7926,21</b>	<b>8458,21</b>	<b>8971,23</b>	<b>9514,75</b>	<b>10104,87</b>	<b>10731,60</b>	<b>11397,20</b>	<b>12104,08</b>	<b>12854,80</b>	<b>13652,08</b>

TABELA 23. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% do PIB)

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Receita Bruta</b>	<b>19,87</b>	<b>21,00</b>	<b>21,27</b>	<b>21,55</b>	<b>21,78</b>	<b>22,07</b>	<b>22,30</b>	<b>22,44</b>	<b>22,57</b>	<b>22,69</b>	<b>22,80</b>
<b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b>	<b>3,57</b>	<b>3,85</b>	<b>3,93</b>	<b>3,99</b>	<b>4,03</b>	<b>4,09</b>	<b>4,13</b>	<b>4,14</b>	<b>4,15</b>	<b>4,16</b>	<b>4,16</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>16,30</b>	<b>17,15</b>	<b>17,34</b>	<b>17,57</b>	<b>17,75</b>	<b>17,98</b>	<b>18,17</b>	<b>18,30</b>	<b>18,41</b>	<b>18,53</b>	<b>18,63</b>
<b>Despesa Primária</b>	<b>26,36</b>	<b>19,73</b>	<b>18,63</b>	<b>18,23</b>	<b>17,68</b>	<b>17,30</b>	<b>16,99</b>	<b>16,70</b>	<b>16,36</b>	<b>16,04</b>	<b>15,73</b>
<b>Obrigatórias</b>	<b>24,89</b>	<b>18,39</b>	<b>17,33</b>	<b>16,98</b>	<b>16,63</b>	<b>16,30</b>	<b>16,02</b>	<b>15,77</b>	<b>15,47</b>	<b>15,19</b>	<b>14,91</b>
Benefícios previdenciários	8,99	8,84	8,76	8,65	8,53	8,40	8,27	8,11	7,96	7,81	7,67
Pessoal e encargos sociais	4,35	4,24	4,07	3,94	3,81	3,68	3,56	3,52	3,49	3,46	3,43
Abono e Seguro desemprego	0,81	0,77	0,74	0,71	0,68	0,65	0,63	0,60	0,58	0,55	0,53
Abono salarial	0,27	0,24	0,23	0,23	0,22	0,21	0,20	0,19	0,18	0,17	0,17
Seguro desemprego	0,54	0,53	0,51	0,49	0,47	0,45	0,43	0,41	0,39	0,38	0,36
BPC	0,85	0,84	0,83	0,82	0,81	0,80	0,78	0,77	0,76	0,75	0,74
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,13	0,12	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,20	0,25	0,31	0,35	0,39	0,43	0,54	0,59	0,59	0,59	0,59
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,10
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,31	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26
Subsídios e Subvenções	0,28	0,18	0,17	0,16	0,16	0,15	0,15	0,14	0,13	0,13	0,12
Demais obrigatórias	8,83	2,76	2,03	1,95	1,88	1,80	1,73	1,66	1,60	1,53	1,47
sem Controle de Fluxo	7,02	0,85	0,15	0,15	0,14	0,13	0,13	0,12	0,11	0,11	0,10
com Controle de Fluxo	1,81	1,91	1,87	1,81	1,74	1,67	1,60	1,54	1,48	1,42	1,37
dos quais Bolsa Família	0,26	0,44	0,42	0,41	0,39	0,38	0,36	0,35	0,33	0,32	0,31
<b>Discricionárias do Poder Executivo</b>	<b>1,46</b>	<b>1,34</b>	<b>1,30</b>	<b>1,25</b>	<b>1,04</b>	<b>1,00</b>	<b>0,96</b>	<b>0,93</b>	<b>0,89</b>	<b>0,85</b>	<b>0,82</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>-10,06</b>	<b>-2,58</b>	<b>-1,29</b>	<b>-0,66</b>	<b>0,07</b>	<b>0,68</b>	<b>1,18</b>	<b>1,60</b>	<b>2,05</b>	<b>2,49</b>	<b>2,91</b>
<b>Memo:</b>											
Gastos com a Covid-19	7,05	0,68	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PIB nominal (R\$ bilhões)	<b>7387,05</b>	<b>7971,80</b>	<b>8534,54</b>	<b>9124,25</b>	<b>9781,82</b>	<b>10486,79</b>	<b>11242,56</b>	<b>12052,80</b>	<b>12921,43</b>	<b>13852,66</b>	<b>14851,01</b>

TABELA 24. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Receita Bruta</b>	<b>19,87</b>	<b>20,16</b>	<b>20,41</b>	<b>20,34</b>	<b>20,32</b>	<b>20,36</b>	<b>20,33</b>	<b>20,34</b>	<b>20,33</b>	<b>20,33</b>	<b>20,32</b>
<b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b>	<b>3,57</b>	<b>3,78</b>	<b>3,86</b>	<b>3,86</b>	<b>3,86</b>	<b>3,88</b>	<b>3,88</b>	<b>3,89</b>	<b>3,89</b>	<b>3,90</b>	<b>3,91</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>16,30</b>	<b>16,37</b>	<b>16,55</b>	<b>16,48</b>	<b>16,46</b>	<b>16,48</b>	<b>16,45</b>	<b>16,45</b>	<b>16,44</b>	<b>16,43</b>	<b>16,42</b>
<b>Despesa Primária</b>	<b>26,36</b>	<b>20,35</b>	<b>19,29</b>	<b>19,07</b>	<b>19,13</b>	<b>19,15</b>	<b>19,11</b>	<b>19,26</b>	<b>19,35</b>	<b>19,45</b>	<b>19,55</b>
<b>Obrigatórias</b>	<b>24,89</b>	<b>18,99</b>	<b>17,95</b>	<b>18,01</b>	<b>18,10</b>	<b>18,15</b>	<b>18,25</b>	<b>18,41</b>	<b>18,52</b>	<b>18,63</b>	<b>18,75</b>
Benefícios previdenciários	8,99	8,91	9,20	9,42	9,63	9,80	9,96	10,10	10,23	10,37	10,51
Pessoal e encargos sociais	4,35	4,28	4,14	4,04	3,95	3,84	3,74	3,78	3,81	3,85	3,88
Abono e Seguro desemprego	0,81	0,77	0,76	0,74	0,73	0,71	0,70	0,69	0,67	0,66	0,65
Abono salarial	0,27	0,25	0,24	0,24	0,23	0,23	0,22	0,22	0,21	0,21	0,21
Seguro desemprego	0,54	0,53	0,52	0,51	0,50	0,49	0,48	0,47	0,46	0,45	0,44
BPC	0,85	0,85	0,84	0,84	0,84	0,84	0,83	0,83	0,82	0,82	0,81
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,13	0,12	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,20	0,25	0,31	0,35	0,39	0,43	0,54	0,59	0,59	0,59	0,59
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,15	0,15	0,14	0,14	0,14	0,14	0,13	0,13	0,13	0,13	0,12
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,31	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26	0,26
Subsídios e Subvenções	0,28	0,18	0,17	0,17	0,17	0,16	0,16	0,16	0,16	0,15	0,15
Demais obrigatórias	8,83	3,22	2,08	2,04	2,00	1,95	1,92	1,88	1,84	1,81	1,77
sem Controle de Fluxo	7,02	1,30	0,16	0,15	0,15	0,14	0,14	0,13	0,13	0,13	0,12
com Controle de Fluxo	1,81	1,93	1,92	1,88	1,85	1,81	1,78	1,74	1,71	1,68	1,65
dos quais Bolsa Família	0,26	0,44	0,43	0,43	0,42	0,41	0,40	0,39	0,39	0,38	0,37
<b>Discricionárias do Poder Executivo</b>	<b>1,46</b>	<b>1,36</b>	<b>1,33</b>	<b>1,06</b>	<b>1,04</b>	<b>1,00</b>	<b>0,86</b>	<b>0,85</b>	<b>0,83</b>	<b>0,82</b>	<b>0,80</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>-10,06</b>	<b>-3,97</b>	<b>-2,74</b>	<b>-2,58</b>	<b>-2,67</b>	<b>-2,67</b>	<b>-2,66</b>	<b>-2,80</b>	<b>-2,91</b>	<b>-3,02</b>	<b>-3,13</b>
<b>Memo:</b>											
Gastos com a Covid-19	7,05	1,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIB nominal (R\$ bilhões)	<b>7387,05</b>	<b>7903,68</b>	<b>8365,81</b>	<b>8860,54</b>	<b>9397,38</b>	<b>9979,14</b>	<b>10602,89</b>	<b>11267,70</b>	<b>11974,69</b>	<b>12725,98</b>	<b>13524,21</b>

## Projeções da IFI

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Projeções				
							2020	2021	2022	2023	2024
PIB – crescimento real (% a.a.)	0,50	-3,55	-3,28	1,32	1,78	1,41	-4,50	2,99	2,63	2,20	2,23
PIB – nominal (R\$ bilhões)	5.779	5.996	6.269	6.585	7.004	7.407	7.387	7.926	8.458	8.971	9.515
IPCA – acum. (% no ano)	6,41	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31	4,52	3,61	3,40	3,21	3,18
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	2,66	3,90	3,26	3,31	3,87	4,03	5,20	5,27	5,21	5,16	5,10
Ocupação - crescimento (%)	1,48	0,05	-1,87	0,35	1,41	1,99	-7,79	2,00	1,65	1,45	1,32
Massa salarial - crescimento (%)	3,97	-1,12	-3,24	1,85	3,04	2,47	-4,50	2,99	2,63	2,20	2,23
Selic – fim de período (% a.a.)	11,75	14,25	13,75	7,00	6,50	4,50	2,00	3,50	4,50	5,50	6,50
Juros reais <i>ex-post</i> (% a.a.)	5,02	3,23	7,02	3,94	2,65	0,19	-2,41	-0,11	1,06	2,22	3,22
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,56	-1,86	-2,48	-1,68	-1,55	-0,84	-9,52	-2,92	-1,66	-1,38	-1,14
dos quais Governo Central	-0,41	-2,01	-2,57	-1,89	-1,72	-1,28	-10,06	-3,12	-1,76	-1,46	-1,19
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	5,39	8,37	6,49	6,09	5,41	4,96	4,23	4,38	3,95	4,31	4,78
Resultado Nominal (% do PIB)	-5,95	-10,22	-8,98	-7,77	-6,96	-5,79	-13,75	-7,29	-5,61	-5,69	-5,92
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	56,28	65,50	69,84	73,72	75,27	74,26	89,56	92,67	93,46	94,74	96,15

*ifi*



**ifi** Instituição Fiscal  
Independente

 /INSTITUCAOFISCALINDEPENDENTE

 @IFIBrasil

 @ifibrasil

 /company/instituição-fiscal-independente

 /instituiçãofiscalindependente

ifi@senado.leg.br / (61) 3303-2875